

**esec**  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



Andreza Tasiane da Silva

## Jornalismo Alternativo e de Dados:

### estudo de caso da revista *online* Gênero e Número

Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, na especialidade de Novos Media,  
apresentada ao Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais da Escola  
Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Constituição do júri

Presidente: Prof. Doutor Gil António Baptista Ferreira

Arguente: Prof. Doutora Rita Joana Basílio de Simões

Orientadora: Prof. Doutora Susana Maria Cerqueira Borges

Outubro de 2018



*Esta dissertação foi redigida conforme as normas do Português Brasileiro*



## **Jornalismo Alternativo e de Dados: estudo de caso da revista online Gênero e Número**

**Resumo:** A seguinte dissertação parte de discussões de foco feminista em torno da questão de gênero, a fim de refletir sobre a representação de “mulheres” no jornalismo mainstream e de apontar possíveis modos alternativos do fazer jornalístico que sejam mais equitativos. A componente empírica recorre ao estudo de caso de uma revista online independente que se centra nas desigualdades entre homens e mulheres. Parte-se do pressuposto de que um meio de comunicação que enfoca o gênero apresenta, em relação à mídia generalista, uma abordagem jornalística diferenciada sobre o assunto, principalmente no que se refere à representação dos sujeitos femininos. Como o objeto de estudo assume a intenção de qualificar os debates de gênero, partindo de narrativas construídas com base de dados e evidências, também se busca analisar a qualidade do uso de dados na prática jornalística.

**Palavras-chave:** Gênero, Jornalismo de Dados, Jornalismo Alternativo, Estudos Feministas da Comunicação, Representação Jornalística das Mulheres

## **Alternative and Data Journalism: a case study of the online journal Gender & Number**

**Abstract:** This dissertation arises from a feminist discussion about gender issues and aims to ponder on women's representation in mainstream journalism and to indicate more alternative, possible and equal ways for journalistic practices. Its empirical component is a case study of an online and independent journal, which is focused on inequality between men and women. Compared to generalist media, a means of communication with gender focus is assumed to present a different journalistic approach to this subject, especially in relation to representation of women. Since the object of study assumes, through narratives based on data and evidence, the purpose of qualifying some debates about gender, this dissertation also aims to analyze the quality of the use of data in journalistic practices.

**Keywords:** Gender, Data Journalism, Alternative Journalism, Feminist Communication Studies, Journalism Representation of Women

**Sumário**

1. Introdução .....	1
2. O gênero e as mulheres .....	7
2.1 Gênero: um conceito-problema para o feminismo .....	9
2.2 Trajetória do gênero nas teorias feministas .....	12
2.3 A subversão do sujeito do feminismo .....	16
3. As mulheres e a mídia .....	23
3.1 Estudos feministas da comunicação .....	25
3.2 Mulheres e espaço público .....	27
3.3 Representação das mulheres no jornalismo <i>mainstream</i> .....	29
4. Formas alternativas do fazer jornalístico .....	37
4.1 A versatilidade do jornalismo alternativo .....	39
4.2 O potencial jornalístico dos dados na era digital .....	43
5. Abordagem alternativa de gênero: O caso da revista Gênero e Número .....	51
5.1 Enquadramento metodológico .....	53
5.2 Análise detalhada do <i>Corpus</i> .....	57
5.3 O jornalismo de dados voltado à questão de gênero .....	70
6. Conclusão .....	77
7. Bibliografia .....	87
8. Anexos .....	95

## **Abreviaturas**

ESEC – Escola Superior de Educação de Coimbra

GMMP – Global Media Monitoring Project

JA – Jornalismo Alternativo

JD – Jornalismo de Dados



## Índice figuras

Gráfico 1 – Distribuição de gênero no <i>corpus</i> .....	58
Gráfico 2 – Distribuição de gênero por edição .....	58
Gráfico 3 – Idade dos sujeitos noticiosos .....	59
Gráfico 4 – Identificação da relação familiar por gênero .....	60
Gráfico 5 – Descrição generalizada da variável Ocupação/cargo por gênero .....	62
Gráfico 6 – Função dos sujeitos noticiosos por gênero .....	63
Gráfico 7 – Citação das mulheres nas histórias .....	66
Gráfico 8 – Citação dos homens nas histórias .....	67
Gráfico 9 – Ocupação/cargo dos sujeitos com foto .....	68
Gráfico 10 – Presença de dados nas histórias .....	70
Gráfico 11 – Níveis de Jornalismo de Dados das histórias .....	72
Gráfico 12 – Porcentagem de grupo de dados por edição .....	73
***	
Quadro 1 – Cinco principais ocupações/cargos de mulheres e de homens .....	62
***	
Tabela 1 – Sujeitos com foto por gênero .....	67
Tabela 2 – Sujeitos com foto x condição de vítima/sobrevivente .....	69
***	
Imagem 1 – Apresentação de dados em reportagem com JD nível 1 .....	99
Imagem 2 – Apresentação de dados em reportagem com JD nível 5.....	100
Imagem 3 – Exemplo de marcador “cor da pele” citado em infografia .....	101
Imagem 4 – Exemplo de marcador “cor da pele” citado em texto .....	101



## **INTRODUÇÃO**



## Introdução

A originar-se do campo da comunicação, especificamente a midiática, a seguinte dissertação parte de discussões de foco feminista sobre a questão de gênero, passando por problemáticas relacionadas à representação jornalística das “mulheres”, para refletir sobre uma representação alternativa à do jornalismo *mainstream*<sup>1</sup>. A fim de apontar possíveis modos alternativos – e mais equitativos – do fazer jornalístico, analisa-se uma revista *online* independente, que se centra nas desigualdades entre homens e mulheres. Como o objeto de estudo assume a intenção de qualificar os debates de gênero a partir de narrativas construídas com base de dados e evidências, a questão do jornalismo de dados é outra importante dimensão deste trabalho.

Desde que apareceu ligado aos movimentos feministas dos finais dos anos 60 e início dos anos 70 do século passado, o conceito de “gênero” foi adquirindo possibilidades interpretativas variadas, a ponto de hoje assumir significados tão distintos que mais podem confundir do que elucidar. Nos últimos anos, é notável a amplitude que o conceito tem ganhado, espalhando-se para várias esferas do conhecimento e da vida pública, devido, especialmente, aos debates contemporâneos sobre a ressignificação dos papéis sexuais.

Em vista disso, parte-se da revisão do conceito, de suas problemáticas iniciais e de suas implicações nos movimentos e nas teorias feministas, avançando para questões mais recentes, que tiveram influência do pensamento pós-estruturalista dos anos 80 do séc. XX. Desde então, as teorizações do sujeito universal foram desconstruídas e as concepções essencialistas de identidade sobre o que é ser “homem” ou ser “mulher” foram rejeitadas.

Os pensamentos de estirpe pós-estruturalista, ao desconstruírem o universalismo e romperem o esquema dicotômico do binarismo, possibilitaram ao feminismo abandonar o determinismo biológico e recusar as referidas abordagens

---

<sup>1</sup> No contexto deste trabalho, a expressão “jornalismo *mainstream*” segue a definição do Dicionário de Jornalismo da Oxford University Press (2016), referindo-se a qualquer forma de vazão jornalística produzida ou publicada por um meio de comunicação comercial hierarquicamente estruturado, ou por uma grande organização de mídia com financiamento público que esteja em conformidade com as normas, os costumes e as práticas estabelecidas pela indústria.

essencialistas da identidade – noções que limitavam as lutas feministas, uma vez que a capacidade de transformação social era então barrada pela indeclinável constância da natureza. As “mulheres” passaram a ser pensadas de forma instável e heterogênea, e a sua constituição identitária entendida como realizada discursivamente por vários componentes – como sexo, etnia, classe, idade e sexualidade, entre outros –, sendo o gênero entendido como apenas um desses marcadores identitários.

Os novos entendimentos tornaram ainda mais visível o contraste entre a condição multi-identitária do sujeito do feminismo e a limitada representação das mulheres no jornalismo *mainstream*. Em geral, como se verá no capítulo que trata da relação entre as mulheres e a mídia, alguns estudos (Tuchman, 2009; Silveirinha, 2005, 2009, 2010) identificam fenómenos de sub-representação, de estereotipação e/ou de invisibilidade das figuras femininas nos meios de comunicação, assim como a desigual participação discursiva das mulheres no espaço público.

Desde meados do século passado, as preocupações feministas voltam-se para questões midiáticas, dada a importância dos meios de comunicação na esfera pública. Constituindo-se em um fórum institucionalizado de debate no espaço público, a mídia é um importante lugar de constituição das identidades sociais, possuindo o poder de conceder visibilidade, ou remeter para a opacidade, os atores públicos e suas demandas.

Sobre a relação da mídia com os movimentos das mulheres, sabe-se que, historicamente, as redes de comunicação de massas tanto já frustraram quanto promoveram os objetivos feministas (Silveirinha, 2009, p. 8). Se durante os primeiros anos do movimento das mulheres, a imprensa dominante pareceu desinteressada no debate, o quadro mudou drasticamente; nomeadamente graças às intensas discussões sobre a questão do gênero e as modificações culturais dos papéis sexuais. Todavia, apesar do interesse crescente, o jornalismo *mainstream* ainda pode contribuir para a manutenção das desigualdades de gênero, principalmente quando colabora com a sub-representação das figuras femininas e com a negligência das demandas ou com a demonização dos movimentos das mulheres.

A assimetria nas representações de gênero na mídia continua sendo, portanto, importante aos propósitos feministas, visto que as mulheres ainda precisam de lutar por espaços variados de representação na esfera pública, como estratégia de recriação de identidades historicamente deturpadas, para, enfim, serem reconhecidas como sujeitos de interesse social e político por direito próprio.

Pretende-se, assim, rever e pensar problemáticas dos estudos feministas da comunicação sobre a representação jornalística das mulheres, o papel dos profissionais e das estruturas econômicas em questões de gênero. Serão ainda exploradas situações diferenciais referentes à representação de gênero na mídia, buscando identificar e analisar modos alternativos que sejam mais equitativos.

Os objetivos empíricos serão alcançados através do estudo de caso da *web* revista brasileira *Gênero e Número*, cuja proposta é, a partir de narrativas construídas com base de dados e evidências, qualificar os debates de gênero no Brasil. Pressupõe-se que um meio de comunicação com enfoque no gênero apresente práticas alternativas à mídia generalista *mainstream*. Como a revista diferencia-se por trabalhar com Jornalismo de Dados, busca-se analisar a qualidade do uso de dados em sua prática jornalística.

Ao lançar um olhar assumidamente feminista sobre um produto jornalístico alternativo focado nas problemáticas de gênero, busca-se, nesta dissertação, explorar tratamentos jornalísticos diferenciados. Chris Atton (2003, p. 271) defende o estudo de práticas alternativas na educação jornalística, quer como um instrumento de crítica às formas institucionalizadas e rotineiras de fazer jornalismo, quer como veículo de modelos alternativos de exercício da profissão. Se ainda há muitos problemas na representação simbólica de gênero na mídia, a observação de projetos alternativos facilitará uma melhor compreensão dos fatores que os determinam, possibilitando também a descoberta de novas abordagens que visam ultrapassá-los.

Considerando que os estudos das relações de gênero estão em constante revisão e têm suscitado intensos debates na contemporaneidade, a investigação nessa área torna-se um desafio complexo, mas fundamental, para o avanço de alternativas –

mas nunca de respostas acabadas – que melhor colaborem para lidar com os dilemas das lutas feministas atuais.

\*\*\*

A dissertação divide-se em quatro capítulos, organizados do seguinte modo: no primeiro, dada a centralidade que o gênero tem nesta investigação, são apresentadas problemáticas envolvendo o conceito de “gênero”, cuja emergência e utilização estão fortemente impregnadas de uma dimensão política, visto a relação que possui com a questão identitária das mulheres. O segundo foca-se em questões da mídia, principalmente no que se refere à relação das mulheres com o espaço público e aos problemas de representação das figuras femininas no jornalismo *mainstream*. Entendidas aqui como formas diferenciadas do fazer jornalístico, as práticas de jornalismo alternativo, incorporando também o jornalismo de dados, são abordadas no terceiro capítulo, devido aos contributos que oferecem à definição e ao enquadramento do objeto empírico. O quarto capítulo, por fim, está reservado para explicações metodológicas e para análises dos resultados do estudo de caso da revista *Gênero e Número*, com o objetivo de observar uma abordagem jornalística alternativa de gênero e daí extrair as conclusões sistematizadas no capítulo final.



## **O GÊNERO E AS MULHERES**



## **Gênero: um conceito-problema para o feminismo**

Os debates sobre gênero ganharam e continuam ganhando destaque no âmbito social, jurídico, político e acadêmico a nível mundial. Um dos fatores dessa ascensão respeita às modificações culturais dos papéis sexuais, o que fez emergir problemáticas relacionadas às concepções de homem, de mulher, de masculinidade e de feminilidade.

É de sublinhar que as discussões atuais são como que uma evolução das inquietações despertadas pelos primeiros movimentos feministas ocidentais, no final do século XIX. Ao longo dos tempos, como campo político ou teórico-epistemológico, o feminismo vem-se problematizando a si mesmo, assumindo configurações diversas em épocas distintas, historicamente construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social e as possibilidades pré-discursivas de cada tempo.

Na atualidade, portanto, não há um só feminismo unívoco ou totalizante, mas vários feminismos (Narvaz & Koller, 2006, p. 649). Neste trabalho, as múltiplas vertentes dos feminismos são entendidas fora de uma perspectiva histórica linear, com propostas que ainda coexistem na contemporaneidade (mesmo as que pareçam contraditórias). Mais do que se deter em alguma vertente específica, o olhar feminista aqui adotado abordará principalmente questões relacionadas ao “gênero” em função da relevância do seu contributo para este estudo.

Nos movimentos feministas, a ampliação do termo “gênero” ocorreu gradualmente nos finais dos anos 60 e inícios dos anos 70 do séc. XX. Sua emergência e utilização estão fortemente impregnadas de uma dimensão política, tanto no que diz respeito às suas origens, quanto aos seus propósitos. As problemáticas envolvendo o conceito de gênero sempre se relacionaram com a questão da política identitária das mulheres e com a busca para compreender como os esquemas binários constroem hierarquias nas relações entre homens e mulheres, em termos de universos masculinos e especificidades femininas (como se fosse uma relação entre um sujeito e um “outro”).

Muitas vezes, entretanto, o conceito de gênero ainda pode aparecer como substituto de “mulheres”. Isso é visto com cautela, pois tal uso perpetuaria a ideia de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (Scott, 1995, p. 75). Com efeito, qualquer noção que esteja baseada na oposição

binária entre dois sexos – e, portanto, no determinismo biológico – tende a apresentar cada lado da oposição como um fenómeno unitário. Essa “unidade” que se forma em esquemas dicotômicos é perigosa, pois oculta as múltiplas identificações entre os lados opostos e reprime as diferenças no interior de cada grupo, além de ignorar outras interseções culturais, sociais e políticas, como as de classe e as de etnia. As aceções de gênero que se aproximam de perspectivas essencialistas da identidade pareciam limitar as lutas feministas, conforme será posto à vista no decorrer do capítulo.

Nos anos 80, sob influência dos pensamentos pós-estruturalistas, teóricas feministas problematizam as perspectivas essencialistas ou totalizantes das categorias fixas e estáveis dos sujeitos (homem *versus* mulher, masculino *versus* feminino) presentes nas gerações anteriores. Os estudos de Judith Butler e Joan W. Scott são exemplos inultrapassáveis, dado que a ressignificação do sujeito do feminismo passa a ser pensada dentro do próprio discurso feminista, no sentido de apresentar novas formas de constituir a relação entre teoria feminista e política, renovando o feminismo em outros termos.

Em relação à unidade do sujeito masculino, as críticas pós-estruturalistas evidenciam que a noção de sujeito é marcada por particularidades que se pretendiam universais; porém, trata-se, antes, de especificidades do homem branco, heterossexual e detentor de propriedade. Esse sujeito universal masculino torna-se uma categoria normativa e opressora (Butler, 2003, p. 7), tornando invisíveis as mulheres e outros grupos oprimidos (Scott, 1995). Essas autoras pós-estruturalistas questionam a existência da categoria “mulheres” como sujeito do feminismo – o que implica equacionar a noção de sujeito e de identidade, provocando impactos na prática política feminista, pois o sujeito é crucial para a política e suas práticas são mobilizadas face a uma identidade (Mariano, 2005a, p. 1).

Judith Butler (2003) designa como problemática a circularidade da investigação feminista sobre o gênero que é sublinhada pela presença, por um lado, de posições que pressupõem ser o gênero uma característica secundária das pessoas; por outro, de posições que argumentam ser a própria noção de pessoa, posicionada na linguagem como “sujeito”, uma construção masculinista e uma prerrogativa que exclui efetivamente a possibilidade semântica e estrutural do gênero feminino (Butler, 2003,

pp. 30-31). Por isso, Butler aponta a necessidade de repensar radicalmente as categorias de identidade no contexto das relações de uma assimetria radical de gênero.

Ao emergirem na década de 80, as teorias de gênero deslocam o campo do estudo sobre as mulheres para o estudo das relações de gênero. O que está em análise é a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando às formas pelas quais os sujeitos se constituem e são constituídos através de relações de poder.

“Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas – cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo das e pelas mulheres, – dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional” (Narvaz & Koller, 2006, p. 649). O estudo das relações de gênero motivou veementes discussões e mesmo fraturas internas nos campos político e teórico. Essas relações “passaram a ser compreendidas e interpretadas de muitas e distintas formas, ajustando-se ou interpelando diversos referenciais marxistas, psicanalíticos, lacanianos, foucaultianos, pós-estruturalistas...” (Louro, 2002, citado por Mariano, 2005b, p. 485).

O presente trabalho enquadra a influência dos pensamentos de estirpe pós-estruturalista no percurso teórico feminista, visto que, ao romperem esquemas dicotômicos e ao desconstruírem o universalismo e o binarismo, possibilitaram ao feminismo abandonar o determinismo biológico e recusar perspectivas essencialistas da identidade. A partir daí, a perspectiva de gênero é desnaturalizada e desconstruída, e a identidade dos sujeitos passa a ser compreendida como algo que é construído discursivamente por vários componentes, como sexo, etnia, classe, idade, orientação sexual, entre outros, configurando situações de gênero específicas.

Uma parte dos debates feministas contemporâneos passa a incluir a reconstrução de forma heterogênea, instável e contingente da categoria “mulheres” e do sujeito do feminismo. Para melhor compreender os múltiplos do conceito de “gênero”, recupera-se, de modo sintético, o processo de como o termo foi colocado e recolocado nas teorias feministas.

## Trajatória do gênero nas teorias feministas

Nos movimentos feministas do meio do século passado havia uma noção dominante de que a distinção masculino *versus* feminino, na maioria de seus aspectos essenciais, era causada pelos “fatos da biologia” e era expressada por eles. A assunção implícita desta perspectiva levou a que o conceito de “sexo” tenha colaborado com a ideia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudança (Nicholson, 2000, p. 10).

Para minar as pretensões de abrangência do “sexo” e, conseqüentemente, o poder determinista das identidades sexuais, as feministas dos finais dos anos 60 e inícios dos 70, começam a se valer da ideia de constituição social do caráter humano, o que leva à ampliação do termo “gênero”. Segundo Silvana Aparecida Mariano (2005b), o termo tem envolvido diferentes formas de entender o aspecto biológico para explicar o comportamento e a personalidade. Utilizou-se primeiramente “gênero” para se contrapor ao determinismo biológico; desse modo, foi desenvolvido como uma oposição a “sexo”: o primeiro designando o que é socialmente construído, o segundo, o que é biologicamente dado (Mariano, 2005b, p. 490).

A maioria das feministas da época, entretanto, aceitava a premissa da existência de fenômenos biológicos reais a diferenciar mulheres de homens, usada de maneira similar para gerar uma distinção entre feminino e masculino. A relação entre “sexo” e “gênero” torna-se mais complexa do que o simples oposicionismo, visto que a rejeição do determinismo biológico que o termo “gênero” pretendia não significava a ausência do biológico para se pensar o social. Não só o “gênero” não era visto como substituto de “sexo”, como também “sexo” parecia essencial à elaboração do próprio “gênero” (Nicholson, 2000, p. 11).

O “sistema sexo/gênero<sup>2</sup>”, lançado por Gayle Rubin em 1975, muito influente na época, expressava justamente essa relação de interdependência em que o biológico (sexo) era a base sobre a qual os significados culturais (gênero) são constituídos. Um

---

<sup>2</sup> O sistema aparece no importante artigo “The Traffic in Women” e é definido como o conjunto de acordos sobre os quais a sociedade humana transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.

dos problemas desse sistema foi o de não rejeitar necessariamente a ideia de que a biologia seja o lugar da formação de caráter; ou seja, o eu fisiológico ainda era visto como um “dado” ao qual as características específicas eram “sobrepostas”. Por ainda apresentar traços biológicos essencialistas, Linda Nicholson (2000) nomeia essa noção do relacionamento entre corpo, personalidade e comportamento como “fundacionalismo biológico”.

Para a autora, tal concepção pode ser descrita “como uma espécie de noção ‘porta casacos’ da identidade: o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos a (*sic*) personalidade e comportamento” (Nicholson, 2000, p. 12). Por assumir um cunho social, ainda que de modo parcial, à distinção feminino *versus* masculino, a noção do fundacionalismo biológico permite – embora de forma limitada e problemática - o reconhecimento de diferenças entre as mulheres.

Segundo Mariano (2005a), o problema está no modo de conceber a articulação entre tais diferenças. Nessa noção, as diferenças entre as mulheres são percebidas como coexistentes, mais do que como interseção com as diferenças de etnia, classe etc. A assunção de que tudo o que há em comum entre as mulheres devido ao sexo gera tudo que o que há em comum em termos de gênero, explica a tendência de se pensar o gênero como representativo do que as mulheres têm em comum, e aspectos de etnia e classe como indicativos do que têm de diferente (Nicholson, 2000, p. 13). As críticas a essa concepção rejeitam a ideia de que há algo comum entre as mulheres fundado na biologia.

No que toca à identidade universal das mulheres baseada na dimensão estritamente sexual (biológica), a historiadora Joan Scott alerta para um paradoxo que tem permeado grande parte da história do movimento feminista: a fim de protestarem contra as várias formas de segregação que lhes eram impostas, as mulheres tinham de agir em seu próprio nome, invocando, dessa forma, a mesma diferença [sexual] que procuravam negar. Ao problematizar o debate sobre igualdade e diferença entre as identidades sexuais, bastante presente nos movimentos feministas, Scott discorre:

“Os termos que defendiam a inclusão da mulher na política envolviam o esforço da busca por uma definição abalizada de gênero, o que fez com que as feministas defrontassem um dilema sem saída. Esse dilema chegou até nós na forma de debates sobre ‘igualdade’ ou ‘diferença’: serão mulheres iguais a homens, fato do qual decorreria a única base para se poder reivindicar direitos? Ou serão seres diferentes e, por causa ou apesar das diferenças, com direito a igual tratamento? Qualquer das duas posições atribui identidades fixas e análogas a homens e mulheres, ambas endossam implicitamente a premissa de que pode haver uma definição oficial e autoritária de diferença sexual” (Scott, 2002, p. 18 citada por Mariano, 2005a, p. 2).

Para Judith Butler, a repressão das diferenças no interior dos grupos binários conduz à reificação do gênero e da identidade, alimentando as relações de poder e cristalizando as hierarquias sociais (Butler, 2003, p. 35). A filósofa acrescenta que a categoria “mulheres”, ao pretender ser coerente e globalizante, torna-se normativa e excludente, rejeitando a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas.

Sobre o dilema diferença *versus* igualdade entre homens e mulheres, Joan Scott esclarece que se deve rejeitar a escolha entre uma e outra, de forma a rechaçar a ideia de que constituem uma oposição. Também nesse sentido, alega Chantal Mouffe:

“Se a categoria ‘mulher não corresponder a nenhuma essência unitária e unificadora, o problema [para a política feminista] já não deverá seguir sendo tratar de descobri-la. As questões centrais são: como se constrói a categoria ‘mulher’ como tal, dentro de diferentes discursos?, como se transforma a diferença sexual em uma distinção pertinente dentro das relações sociais?, e, como se constroem relações de subordinação através desta distinção? Todo o falso dilema da igualdade versus a diferença cai, desde o momento em que não temos uma entidade homogênea ‘mulher’ confrontada com uma outra entidade homogênea ‘homem’, mas uma multiplicidade de relações sociais nas quais a diferença sexual está construída sempre de diversos modos, e onde a luta contra a subordinação tem que ser estabelecida de formas específicas e diferenciais. A pergunta sobre se as mulheres têm que



se tornar idênticas aos homens para ser reconhecidas como iguais, ou se têm que afirmar sua diferença a custo da igualdade, aparece como pergunta sem sentido uma vez que as identidades essenciais estão sendo questionadas” (Mouffe, 1999, p. 34).

Igualmente, Mariano (2005a) ressalta que igualdade e diferença não devem representar escolhas estratégicas a serem feitas pelas feministas, que não podem abrir mão nem de uma, nem de outra. Além de debater as diferenças entre homens e mulheres (diferenças externas), é preciso também discutir as múltiplas diferenças dentro de cada grupo (diferenças internas). “Se não nascemos homens e mulheres, mas somos construídos como tal, conforme já dizia Simone de Beauvoir, logo esta construção é histórica e social e, sendo assim, existem múltiplas formas de construir o que é ser homem e o que é ser mulher” (Mariano, 2005a, p. 5).

Buscando sair da oposição masculino *versus* feminino, Judith Butler (2003) defende que o gênero não deveria ser determinado por uma causalidade ahistórica. Tanto em relação às concepções em que o gênero é uma interpretação cultural do sexo, quanto àquelas em que o gênero é construído culturalmente, a filósofa questiona-se qual é o modo ou mecanismo dessa construção. “A ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável” (Butler, 2003, p. 26). A filósofa afirma que, nessas condições, o gênero carrega a impressão de ser tão determinado e tão fixo quanto na formulação em que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura torna-se o destino.

A mesma autora considera que a teoria feminista a favor da identidade dada pelo gênero (e não mais pelo sexo, como era frequente) esconde a aproximação entre gênero e essência, entre gênero e substância<sup>3</sup>. Segundo a filósofa, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente,

---

<sup>3</sup> Ao tentar “desnaturalizar” o gênero (e também o sexo e o corpo), Butler propõe libertá-lo daquilo que chama de metafísica da substância, em referência a Nietzsche. Segundo a investigadora, na maioria das teorias feministas o sexo é aceito como substância, como aquilo que é idêntico a si mesmo, em uma proposição metafísica. Butler, ao contrário, argumenta que o gênero não é natural e que não há uma relação necessária entre o corpo de alguém e seu gênero.

seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito. Pelo contrário, para Butler o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, “mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (Butler, 2003, p. 29).

Tanto Linda Nicholson (2000) quanto Judith Butler (2003) defendem a necessidade de entender a distinção masculino *versus* feminino para além das diferenças relacionadas ao “gênero” – ou seja, aos estereótipos culturais de personalidade e de comportamento – também incluindo as diferenças atribuídas ao corpo, entendendo-o mais como uma variável do que como uma constante. Nesse sentido, o “corpo” é em si mesmo uma construção, não se podendo dizer que os corpos tenham uma existência significativa anterior ao gênero (Butler, 2003, p. 27). Tal compreensão rejeita a distinção entre sexo e gênero e a ideia de que gênero é uma interpretação cultural do sexo, na medida em que o próprio sexo é tomado também como cultural e, portanto, constituído discursivamente (Mariano, 2005a, p. 492).

Ao revisar a ideia binária de dois sexos e dois gêneros, questionando o fator biológico como elemento que fundamenta as identidades, a desconstrução do “gênero” proposta por Butler (2003) abre, por um lado, a possibilidade de se pensar o feminismo para além do determinismo e do fundacionalismo biológicos, do binarismo e do universalismo dos sujeitos. Por outro lado, constitui-se uma série de novas problemáticas, que ainda hoje são objeto de intensos debates como, por exemplo: como fica o sujeito do feminismo com a desconstrução da categoria “mulheres” e a questão da identidade para a prática política feminista?

### **A subversão do sujeito do feminismo**

“Negar a essência da identidade não implica negar a existência de sujeitos políticos e de prática política, mas sim redefinir sua constituição” (Mariano, 2005b, p. 497). As possibilidades abrem-se então para teorias que equacionem como o sujeito é constituído, como as diferenças e as hierarquias são construídas e legitimadas nessas relações de poder, reconstruindo e ressignificando o sujeito do feminismo de forma heterogênea, instável e contingente.

Butler (2003) defende que desconstruir o sujeito do feminismo não é declarar a sua morte, mas libertá-lo do seu caráter normativo e fixo, que mantém e reproduz relações de subordinação. Também Joan Scott aponta que tratar a emergência de uma nova identidade como um acontecimento discursivo não é introduzir uma nova forma de determinismo linguístico, nem privar sujeitos de serem agentes, mas antes que “é recusar uma separação entre ‘experiência’ e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso” (Scott, 1998 citada por Mariano, 2005b).

Na mesma linha, Teresa de Lauretis (1994) esclarece:

Com a expressão “o sujeito do feminismo” quero expressar uma concepção ou compreensão do sujeito (feminino) não apenas como diferente de Mulher com letra maiúscula, a representação de uma essência inerente a todas as mulheres [...], mas também como diferente de mulheres, os seres reais, históricos e os sujeitos sociais que são definidos pela tecnologia do gênero e efetivamente “engendrados” nas relações sociais. O sujeito do feminismo que tenho em mente não é assim definido: é um sujeito cuja definição ou concepção se encontra em andamento, neste e em outros textos críticos feministas (p. 217).

A autora considera o sujeito do feminismo como uma construção teórica, uma forma de conceitualizar, de entender e de explicar certos processos. Com uma abordagem similar, Judith Butler (2003) entende esse sujeito que o feminismo pretende representar como sendo constituído discursivamente pelo próprio feminismo. O sujeito de Butler não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação; assim, aquilo que é alegadamente representado é realmente “produzido”.

Nesse sentido, Butler rejeita a política identitária como ponto de partida para a prática feminista; porém, não descarta em absoluto qualquer conceito de identidade. Grande parte da sua extensa obra, em maior ou menor grau, levanta questões sobre a formação da identidade e da subjetividade, procurando descrever processos “pelos quais nos tornamos sujeitos ao assumir identidades sexuadas, “generificadas” e/ou racializadas que são construídas para nós (e, em certa medida, por nós) no interior das estruturas de poder existentes” (Salih, 2012, p. 10). Para entender a ideia de construção

discursiva da filósofa e de como ela busca pensar o gênero dentro de um marco de temporalidade social, é necessário recorrer à sua noção de performatividade.

Nesse ponto, é importante destacar que tal noção desenvolve-se gradualmente ao longo dos vários livros da filósofa, sendo um conceito cambiante, o que torna difícil defini-lo com alguma precisão. Importa, aqui, percebê-lo como parte de uma investigação genealógica<sup>4</sup> da constituição do sujeito, que supõe que sexo e gênero são *efeitos* – e não causas – de instituições, discursos e práticas (Salih, 2012, p. 21). A noção de performatividade retira a base estável de gênero, entendendo-o, não como algo que *somos*, mas como algo que *fazemos*: “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2003, p. 59). Embora não seja natural, o gênero pode apresentar-se como se fosse.

Um dos referenciais que Judith Butler usa para pensar a performatividade do gênero é o linguístico. Como aponta Sara Salih (2012), as formulações de Butler a respeito da performatividade remetem implicitamente às teorias linguísticas de Jacques Derrida e John L. Austin, de forma a postular um sujeito como sempre em processo, que se constrói no discurso pelos atos que executa; sendo que não há, assim, identidade de gênero que preceda a linguagem (p. 91). Quando Butler afirma que o gênero demonstra ser performativo, quer dizer que não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados (Butler, 2003, p. 48). A performatividade é, portanto, um ato que faz surgir o que nomeia, constituindo-se na e pela linguagem.

Rodrigo Graça (2016), em artigo que analisa a reflexão política em torno do conceito de performatividade de Butler, salienta que, para a filósofa, a linguagem é constituída em planos sociopolíticos de inteligibilidade que perpassam a formação da

---

<sup>4</sup> Judith Butler, seguindo o modo de análise de Foucault, tem na genealogia um modo de investigação histórica que não tem como meta “a verdade” ou o conhecimento, mas sim a investigação das condições de emergência daquilo que é considerado como história, o que não passaria de uma fabricação (Salih, 2012, p. 21).

subjetividade. “Na repetição, ou reiteração, na qual se recria constantemente o poder do plano normatizado de inteligibilidade é que se mostra também possível notar a subversão política” (Graça, 2016, p. 36). Como prática discursiva, a identidade está aberta a certas formas de intervenção e de ressignificação contínuas; ao mesmo tempo, é através da repetição que se dá a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Será, assim, nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontra a capacidade de transformação do gênero; ou seja, a subversão acontece quando as normas de gênero que permitem a repetição e a progressiva cristalização da identidade são deslocadas.

Seguindo a crítica foucaultiana sobre o poder – de que os sistemas jurídicos produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar –, Judith Butler busca revelar as operações políticas que produzem e ocultam a naturalização da identidade feminina. A categoria “mulheres” é, portanto, um termo político em disputa e pode servir para apagar as diferenças em nome de uma pretensa igualdade jurídica. Nesse sentido, não se pode recusar a política representacional, já que as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder - não havendo espaço fora desse campo (Nigro, 2012, p. 56). A representação, como função normativa de uma linguagem, revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria “mulheres”. Para que a representação possa ser expandida, Butler diz que as qualificações do ser sujeito têm de ser atendidas (2003, p. 18). A ideia de representação, portanto, só fará sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido em parte alguma (p. 24).

A filósofa sugere que a reconceitualização da identidade como *efeito* (como produzida ou gerada) abre possibilidades de “ação” que são insidiosamente excluídas pelas posturas que tomam as categorias de identidade como fundantes e fixas. Nesse sentido, a autora aponta:

A tarefa crucial do feminismo não é estabelecer um ponto de vista fora das identidades construídas; essa pretensão é obra de um modelo epistemológico que pretende renegar sua própria inserção da cultura, promovendo-se, conseqüentemente, como um tema global, posição esta que instaura precisamente as estratégias imperialistas que o feminismo tem a obrigação de criticar. Sua tarefa crucial é, antes, a de situar as estratégias de repetição

subversiva facultadas pelas construções de gênero, afirmando as possibilidades locais de intervenção pela participação nas práticas de repetição que constituem a identidade e, portanto, apresentar a possibilidade imanente de contestá-las (Butler, 2003, pp. 211- 212).

Assim, Butler põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política da identidade, articula-se; sugerindo que a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política, mas, ao invés, que estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada.

“Depois do reconhecimento arduamente conquistado de que o gênero, a raça e a classe são social e culturalmente constituídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade essencial” (Nigro, 2012, p. 59). Na esteira disso, a cientista política Chantal Mouffe considera que a realização de um projeto de democracia plural e radical exige a rejeição do essencialismo como “condição necessária para uma compreensão adequada da variedade de relações sociais onde se teriam que aplicar os princípios de liberdade e igualdade” (Mouffe, 1999, p. 32). Segundo a autora, só quando se descarta a suposta unidade e homogeneidade do conjunto de posições dos sujeitos, é que é possível teorizar a multiplicidade das relações de subordinação.

Nesta interpretação, as lutas políticas contemporâneas têm seus conflitos e antagonismos marcados por sujeitos constituídos por um conjunto de posições, que não podem estar nunca totalmente fixadas em um sistema fechado de diferenças. A identidade de tal sujeito múltiplo e contraditório é construída discursivamente por vários componentes, como sexo, etnia, classe, idade e sexualidade, entre outros; e nada apontaria o componente de gênero como sendo determinante em relação aos outros (Mariano, 2005b, p. 498).

Nigro (2012) assinala que a resposta para a crise da luta política não pode mais ser buscada em uma identidade, mas sim na ideia de afinidades ou de unidades provisórias (p. 59). Essa é também a perspectiva de Mouffe:

A ausência de uma identidade essencial e de uma unidade prévia, no entanto, não impede a construção de múltiplas formas de unidade e de ação comum. Como resultado de criação

de pontos nodais, podem existir fixações parciais e podem ser estabelecidas formas precárias de identificação ao redor da categoria ‘mulheres’, que proporcionem a base para uma identidade feminista e uma luta feminista (Mouffe, 1999, p. 46).

Para Chantal Mouffe, como para Butler, abrir-se-iam assim possibilidades maiores para uma política democrática que aspire à articulação das diferentes lutas contra a opressão. O feminismo seria uma luta contra as múltiplas formas em que a categoria “mulher” estivesse construída de maneira que implicasse subordinação, seja através de discursos, de práticas ou de relações sociais.

\*\*\*

Atendendo à diversidade de perspectivas sobre o gênero, pretendeu-se debater essas concepções, não no sentido de buscar respostas acabadas, mas para perceber quais são seus principais usos, sua relação com outros termos e suas implicações na questão da identidade do sujeito do feminismo. Embora seja impossível evitar por completo alguma linearidade histórica na apresentação do conceito, salienta-se que os múltiplos significados de gênero coexistem na contemporaneidade, tornando seu estudo tão rico e desafiante. Como referido, são muitos os dilemas políticos e teórico-epistemológicos dos feminismos contemporâneos, os quais inviabilizam considerá-lo como um campo de conhecimento monofônico.

No próximo capítulo, pretendendo adentrar os estudos feministas da comunicação, serão abordadas algumas questões sobre o gênero na mídia, principalmente no que se refere à relação das mulheres com o espaço público e aos problemas de representação feminina.





## **AS MULHERES E A MÍDIA**



## Estudos feministas da comunicação

As reflexões sobre a representação mediática da figura feminina foram despertadas pelos movimentos feministas dos anos 60, que sinalizaram o quadro limitado das representações de gênero, marcado pela reprodução dos sistemas ideológicos dominantes e pela transmissão de estereótipos. Desde então, a representação de mulheres nos meios de comunicação de massa é uma preocupação constante dos debates feministas.

Naquela época, a crítica foi sobretudo feita por mulheres pertencentes a grupos feministas ou que trabalhavam na mídia. Obras como *The Feminine Mystique*, de Betty Friedan, e *The Female Eunuch*, de Germaine Greer, lançadas em 1963 e 1971, respectivamente, são exemplos da crescente consciência dos movimentos de mulheres sobre o poder social e político das representações. Enquanto o primeiro livro inclui análises de revistas femininas marcadas por posições sexistas, o segundo discorre sobre como muitas obras literárias encorajam as mulheres a acreditar na ideia padronizada de que a felicidade se encontra no romance heterossexual.

As análises de Gaye Tuchman, em 1978, marcam os estudos sobre a representação das mulheres na mídia norte-americana, alcançando uma escala mundial e constituindo-se em importante referência ainda hoje. Ao focar-se na televisão, nos jornais e nas revistas femininas, assim como na publicidade veiculada nesses meios, a autora chama a atenção para a “aniquilação simbólica” das mulheres.

Os estudos de Tuchman detectam, por exemplo, a trivialização do papel das mulheres enquanto força de trabalho, retratadas como incompetentes ou inferiores aos profissionais masculinos; assim como a estereotipação das figuras femininas, apresentadas em posições relacionadas a esfera familiar, em contextos sexuais ou cumprindo papéis românticos. O que Tuchman demonstra é que a forma como as mulheres eram representadas na mídia – raramente como sujeitos de interesse social e político por direito próprio – tinha pouca correspondência com a sociedade americana da altura.

As ligações entre as desigualdades na representação de gênero e as diversas formas de comunicação mediada, com suas causas e seus efeitos, foram gradualmente

transformando-se em terreno fértil de pensamento, fazendo-se presentes como objeto de estudo nos meios acadêmicos. Como área de investigação, foram alcançados avanços consideráveis, tanto em relação à quantidade, quanto à diversidade de abordagens e de tentativas de compreender como e por que a imagem da figura feminina vinha sendo construída de maneira tão restrita e estereotipada pela mídia. Atualmente, pode-se dizer que os estudos proliferam,

“[...] articulando-se com o desenvolvimento da própria teoria feminista e gerando um pensamento próprio sobre a mediação, a produção do sentido, a constituição do espaço público de argumentação e reivindicação, a constituição da identidade feminina pelas práticas discursivas mediáticas e, mais recentemente, sobre os problemas e oportunidades criadas pelo desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação” (Silveirinha, 2012, p. 95).

Maria João Silveirinha (2012), entretanto, chama a atenção para o fato de que os conhecimentos acadêmicos produzidos nessa área contrastam, mais do que nunca, com o discurso midiático sobre as mulheres, que ainda permanece conservador.

Apesar de terem ocorrido mudanças nos modos de representação de gênero, muitos estudos ainda percebem uma sub-representação das mulheres nos meios de comunicação. “Seria ingenuidade acreditar que mesmo que a mídia tenha crescido juntamente e após as conquistas legais das mulheres, as suas representações estariam isentas de uma carga histórica, social e cultural de opressão e subjugação a que as mulheres foram submetidas” (Savietto, 2015, p. 44).

Nesse sentido, estudar a questão das lutas feministas dentro da comunicação é, a princípio, desafiante; pois, ao mesmo tempo em que há um destacado debate sobre gênero, a condição multi-identitária do feminismo atual parece esbarrar em antigos problemas como: a representação estereotipada e a sub-representação da figura feminina na mídia, além da desigual participação discursiva das mulheres no espaço público.

Ao abordar a ligação entre esfera pública, mídia e as questões de gênero, Maria João Silveirinha (2009) considera que os meios de comunicação desempenham um papel-chave para os movimentos sociais, em geral, e para as mulheres, em

particular. Não só porque fornecem certas imagens das mulheres – sendo, assim, importante lugar de construção das identidades sociais –, mas porque “é através dos media que se agendam as questões da discussão pública e, também, porque são eles que têm o poder de conceder visibilidade e opacidade aos actores públicos e às suas posições” (Silveirinha, 2009, p. 10).

### **Mulheres e espaço público**

Na década de 90, o próprio conceito de espaço público (burguês) habermasiano foi criticado pela investigação feminista, que apontava problemas no funcionamento dos processos democráticos, principalmente referentes às oportunidades de as mulheres participarem ativamente em questões da sociedade e de influírem em políticas públicas. Algumas premissas que se baseavam na ideia inicial de uma arena de debate racional aberta a todos – esfera pública unitária – foram questionadas pelas feministas, denunciando mecanismos de exclusão baseados no gênero que escondiam assimetrias estruturais no acesso e na distribuição do poder.

A luta feminista buscou, portanto, abrir um espaço de relevância para as mulheres, não só no âmbito doméstico – onde foram frequentemente colocadas, mas também nas esferas públicas, onde matérias sobre a vida em conjunto são objeto de deliberação, orientada para influenciar a tomada de decisões políticas. Na reformulação do conceito, Jürgen Habermas teve em conta os contributos de feministas como Nancy Fraser, Seyla Benhabib e Iris Marion Young, no que respeita à conceção de espaços públicos mais inclusivos que fomentem processos deliberativos mais democráticos.

Nancy Fraser (1990) chama a atenção para a constituição dos *subaltern counterpublics*, a fim de sinalizar as arenas discursivas paralelas em que membros de grupos sociais subordinados (mulheres, trabalhadores, pessoas de cor, gays e lésbicas) inventam e circulam contradiscursos, permitindo-lhes formular interpretações de oposição, levando em conta suas identidades, seus interesses e suas necessidades (Fraser, 1990, p. 67).

Como exemplo marcante, a filósofa cita a *feminist subaltern counterpublic* ocorrida nos Estados Unidos no final do século XX, compreendendo uma variedade de jornais, livrarias, editoras, redes de distribuição de filmes, centros de pesquisa e programas acadêmicos, além da promoção de uma série de palestras, conferências, festivais e encontros locais. Na esfera formada por esse conjunto de ações, mulheres feministas inventaram novos termos para descrever suas realidades sociais, reduzindo, assim, a extensão das desvantagens que enfrentavam nas esferas dominantes, embora não as eliminando.

Em termos gerais, a proliferação de contra públicos subalternos, na medida em que emergem em resposta a exclusões da esfera pública, significa uma ampliação do espaço discursivo. A autora argumenta que, embora em sociedades estratificadas o ideal de paridade participativa não seja plenamente realizável, é, ainda assim, mais aproximado graças aos arranjos que permitem a contestação entre uma pluralidade de públicos concorrentes do que acontece perante uma esfera pública única e abrangente (Fraser, 1990)<sup>5</sup>.

No decorrer de suas teorizações, Nancy Fraser (1990) insere os conceitos de públicos fracos, em que se encaixariam os *subaltern counterpublics*, e de fortes. Os públicos fracos seriam aqueles cuja prática deliberativa consiste exclusivamente em formação de opinião e não abrange a tomada de decisões. Já os públicos fortes seriam aqueles cujo discurso abrange a formação de opinião e a tomada de decisões em deliberações institucionalizadas. Dessa forma, Fraser preza manter a separação nítida entre sociedade civil e Estado que a concepção habermasiana de esfera pública supunha.

Sob tal concepção, o parlamento (público forte) funciona como uma esfera pública dentro do Estado; e uma expansão da autoridade discursiva dos públicos fracos para abranger a tomada de decisões, bem como a formação de opinião, ameaçaria a autonomia da opinião pública – pois então o público se tornaria efetivamente o Estado,

---

<sup>5</sup> Uma das principais críticas de teóricas feministas ao pensamento de Habermas é a idealização de uma esfera pública burguesa muito homogênea, tendo prestado pouca atenção às demais esferas em competição. Ver mais em: Calhoun, Craig (ed.) (1992), *Habermas and the Public Sphere*, MIT Press: Cambridge, Massachusetts and London, England.

e a possibilidade de uma verificação discursiva crítica sobre o Estado seria perdida. O termo fraco, nesse sentido, descreve uma esfera de deliberação e formação de autocompreensão política de grupos sociais fora do sistema político e do aparato estatal. Isso não só lhes permite projetar as suas identidades, mas também exercer influência sobre o processo político de tomada de decisão.

Ao invés de adentrar profundamente nas teorias da democracia e do espaço público, considerando o grau de complexidade que isso envolve, busca-se aqui apenas sinalizar alguns esforços iniciais da teoria feminista em apontar exclusões sociais que influenciam processos deliberativos no seio da esfera pública oficial. Segundo Silverinha (2010), os estudos feministas produziram também “contributos importantes para pensar como reconhecer o papel dos meios de comunicação e das organizações da sociedade civil, ligando-as às questões mais vastas de comunicação, opinião pública e legitimidade como componentes-chave do espaço público” (pp. 57-58).

Assim, sendo a mídia parte visível e um dos principais fóruns institucionalizados de debate no espaço público, as representações de mulheres nos meios de comunicação e o reconhecimento de demandas feministas como exigências fortes de justiça são especialmente importantes.

### **Representação das mulheres no jornalismo *mainstream***

Dentro do quadro limitado de representação de gêneros na mídia, as mulheres geralmente são remetidas para um espaço doméstico e para uma esfera privada, em contraposição aos homens, representados em um leque muito mais vasto de papéis e situados no espaço público. Em paralelo, há também situações midiáticas focadas no fenômeno *girls power*, que igualmente atrapalham a percepção pública das desigualdades. A visão moderna do *girls power* encaixa-se no chamado pós-feminismo –, que postula estar garantida a igualdade entre homens e mulheres, considerando o feminismo como um movimento ultrapassado.

A acepção pós-feminista mediática – com seus retratos de “mulheres poderosas” – aparece frequentemente relacionada ao neoliberalismo, corrente que

apela e incentiva ao individualismo, à autorregulação e à necessidade de exibir uma conduta como fruto da liberdade de escolha. Na visão neoliberal de feminilidade “é imperativo que todas as decisões pareçam livres e que estejam sempre ligadas a você se sentir bem como você mesma” (Gill, 2008, p. 240 citado por Savietto, 2015, p. 31).

Também assinalando a relação entre o pós-feminismo e o neoliberalismo, Silveirinha (2012) discorre:

“Assentando fortemente nas ideologias liberais da escolha individual, em ideias romantizadas de empoderamento, nos discursos do êxito pelo «mérito», e nas ideias de liberdade pessoal das mulheres, o tratamento da noção de igualdade de género nos *media* ajusta-se perfeitamente ao vocabulário do neoliberalismo e ignora o trabalho académico produzido nesta área” (p. 96).

Como bem aponta a pesquisadora, parece não haver bibliografia que sustente o mundo idealizado pelo pós-feminismo. O processo emancipatório ocidental das mulheres, seja a nível coletivo, seja a nível individual, desenvolve-se de forma lenta e, mesmo que atualmente seja possível reconhecer conquistas consideráveis em determinados contextos sociais, percebe-se que ainda é persistente a desigualdade entre homens e mulheres.

Tendo menor acesso a oportunidades, as mulheres precisam lutar para conquistar um espaço de equidade; enfrentando problemas que passam, por exemplo, pela diferença salarial, pela violência doméstica e urbana, pelo controle do Estado sobre seus corpos, pelo menor acesso ao espaço público ou pelo silenciamento de suas vozes (Savietto, 2015, p. 1). Diante de tantos desafios, é essencial que as mulheres continuem a construir espaços variados de representação na esfera pública, como estratégia de recriação de identidades sociais historicamente deturpadas para, enfim, serem reconhecidas como seres humanos de direito.

As estruturas e as relações de género que se encontram nos meios de comunicação, ou ainda a interseção dessas relações com produção, distribuição e consumo, não são óbvias e muito menos simples. Não é, assim, pretensão deste



trabalho (nem tal seria possível) tratar a questão das mulheres e da mídia na completude da rede de imbricações que o assunto compõe. Serão, antes, abordadas algumas problemáticas relacionadas ao conteúdo jornalístico *mainstream* e ao papel dos profissionais e das estruturas econômicas, no que se refere às questões de gênero.

De acordo com Byverly & Ross (2006, citado por Savietto, 2015, p. 55), as críticas feministas às notícias são centradas em três problemas principais: 1) a ausência das mulheres em conteúdos importantes, o que reforça a situação marginal das mulheres; 2) o fato de que, quando aparecem, a maneira com que são retratadas costuma centrar-se em seus atributos sexuais, ocasionando uma estereotipação de seu papel sexual e uma representação das mulheres como menos inteligentes e menos capazes, com reforço ao papel tradicional de mãe e de esposa; e 3) a falta de acesso das mulheres à tomada de decisão nas empresas de notícias, o que pressupõe, de algum modo, que isso influenciaria as representações midiáticas.

Sobre os dois primeiros problemas, os estudos de monitorização do *Global Media Monitoring Project* (GMMP) são referências importantes, ao fornecerem uma visão global da representação das mulheres em diferentes meios de comunicação, por todo o mundo. De acordo com o *Who Makes the News*, portal que hospeda o GMMP, o projeto é o maior estudo de monitoramento, de pesquisa e de advocacia sobre o gênero na mídia mundial e o único a envolver voluntariamente membros de organizações comunitárias de base, estudantes universitários, pesquisadores e profissionais de mídia. “Imagine uma fotografia tirada em intervalos de cinco anos nos últimos 20 anos por equipes localizadas em mais de 100 países. O objeto de interesse são as notícias e a mídia, e uma câmera é equipada com uma lente de gênero especialmente desenvolvida para este projeto” (*Global Report “Who Makes the News”*, 2015, p. 23).

A cada cinco anos, desde 1995, em um dia previamente definido, a pesquisa GMMP é aplicada por voluntários em meios de comunicação (televisão, rádio, imprensa e, mais recentemente, em meios informativos *online* e Twitter), colhendo dados sobre o número de mulheres e de homens nas notícias, os tipos de história em que os sujeitos são encontrados, os papéis que nelas desempenham, etc.

Posteriormente, coordenadores nacionais e regionais realizam uma análise detalhada de algumas notícias para detectar padrões básicos. Desde sua criação, a abrangência aumentou de 71 países para 114 países, em 2015, evidenciando um interesse crescente em questões de gênero na mídia.

No prólogo do Relatório Global do GMMP 2015, a pesquisadora Margaret Gallagher fornece uma visão geral dos resultados, considerando-os preocupantes:

“Embora na década de 1995-2005 tivesse havido um aumento lento, mas constante na visibilidade das mulheres nas notícias, a década de 2005-2015 mostra uma estagnação. Desde 2010, com 24% do total, não houve mudança na participação das mulheres na produção-transmissão de notícias na mídia tradicional (imprensa escrita, rádio e televisão) e, com efeito, praticamente nenhum progresso desde 2005, quando as mulheres representavam 23% dos sujeitos das notícias. A nova mídia digital (notícias pela Internet e Twitter) oferece pouco alívio. Aqui também as mulheres representaram apenas 26% dos sujeitos das notícias em 2015” (*Global Report “Who Makes the News”, 2015, p. 1*).

Vinte anos após o primeiro GMMP, seus inúmeros indicadores evidenciam que o preconceito midiático de gênero e os estereótipos sexistas no conteúdo da mídia continuam aparentemente insolúveis. Entre suas principais conclusões, o GMMP 2015 aponta que o progresso em direção a uma paridade de gênero na mídia parou nos últimos cinco anos.

\*\*\*

Como mencionado, a falta de acesso das mulheres à tomada de decisão nas empresas de notícias é outra das críticas feministas quanto à relação entre mulheres e meios de comunicação. Mesmo que tal questão seja reconhecida como área crítica desde 1995 – quando a ONU, no documento resultante da Quarta Conferência Mundial de Mulheres, incluiu como objetivo estratégico o aumento da participação e do acesso de mulheres à expressão e à tomada de decisão na mídia –, algumas autoras, como Gallego (2009) e Silveirinha (2012), consideram que o progresso feminino na cadeia

profissional midiática não deve ser tido como aspecto garantidor de um tratamento mais igualitário entre homens e mulheres no que respeita aos conteúdos.

Juana Gallego (2009) destaca a importância da cultura jornalística perante questões de gênero. Para além do direito de as mulheres aspirarem aos lugares que legitimamente possam, desejem ou queiram ocupar, a pesquisadora chama a atenção para um segundo aspecto: a maneira como o coletivo de profissionais da informação aproxima, aborda ou representa as mulheres ou os temas coletivos que as afetam (p. 51). A estudiosa afirma que não se pode afirmar nem negar, pela falta de estudos a este respeito, que os e as jornalistas abordem a informação de forma diferenciada segundo a sua pertença a um ou outro sexo. Pelo contrário, os indícios mostram que homens e mulheres assumem os mesmos postulados profissionais e abordam a informação pela mesma perspectiva androcêntrica (Gallego, 2009, p. 52).

No Global Media Monitoring Project 2015, os indicadores a respeito da relação entre gênero do profissional *versus* seleção de fontes femininas para a notícia marcam uma diferença de três por cento: as notas informativas a cargo de jornalistas do sexo masculino contêm 26 por cento de mulheres como sujeito das notícias, em comparação a 29 por cento daquelas notícias feitas por jornalistas mulheres. Embora o GMMP considere essa diferença significativa, apontando a igualdade quantitativa na profissão como um caminho para reduzir problemas de representação, o projeto igualmente assume que “isso tem que ser feito no contexto de uma estratégia mais ampla que busca criar o conjunto de condições que apoiem os objetivos da equidade entre os gêneros” (p. 54), até porque um maior acesso à mídia não se traduz, necessariamente, em representações mais equitativas.

Destacando a responsabilidade individual dos profissionais, Gallego (2009) recorda a posição privilegiada dos e das jornalistas, por terem em suas mãos a possibilidade de apresentar propostas diferentes de leituras da realidade a outros cidadãos. Para a pesquisadora, os jornalistas não podem escudar-se sob a clássica invocação à objetividade, visto que:

“[...] são uma parte importante na construção da realidade e as suas escolhas, pontos de vista e enfoques são variáveis, na mesma medida em que o são os valores sociais e humanos que

sustentam. Não há uma realidade exterior que eles reflectem, como se de um espelho se tratasse, dado que os e as profissionais, com as suas escolhas, contribuem para criar essa realidade e para orientar a forma como outros a irão perceber” (Gallego, 2009, p. 51).

Em certo nível, a consciência individual é parte integrante na construção dos sentidos midiáticos, uma vez que os meios são habitados por profissionais que, sejam homens ou mulheres, podem operar mudanças de atitudes e contrariar desigualdades. Entretanto, há de se pensar também que o próprio universo jornalístico não está isento de apresentar internamente relações de gênero desiguais e sexistas. Maria João Silveirinha (2010) defende que, se a estrutura de mídia, enquanto ambiente organizacional e cultural, não sofrer transformações nesse sentido, não poderá ser agente de transformação (p. 66).

Elevando a problemática da representação do gênero na mídia a um nível macroestrutural, a questão econômica tem um peso fundamental; como bem aponta Margaret Gallagher (1995), quando considera que a compreensão dos padrões de representação existentes – assim como a instrução para desafiá-los – deve estar atrelada às questões mais vastas da economia política. Ao tratar das fusões das empresas midiáticas, a pesquisadora usa a expressão “imperialismo de batom” para referir-se à dominação cultural sofrida pelas mulheres, visto serem alvo central no processo de expansão de mercados. Não é um simples meio de comunicação, mas a “panóplia de meios culturais em conjunto”<sup>6</sup> que está no centro da capacidade de grandes conglomerados apresentarem uma visão do mundo que sustenta e reforça sua posição no sistema econômico moderno, e o sistema em si mesmo (p. 72).

Para além da convergência das empresas midiáticas, Gaye Tuchman (2009) discorre sobre o *niching*, distinção sistemática que a mídia faz dos seus utilizadores, procurando captar grupos com características demográficas específicas que, supostamente, preveem ideias, valores, preocupações e interesses dos membros. Segundo a investigadora, a prática teria consequências na construção do gênero por

---

<sup>6</sup> A autora pega emprestado o termo de Schiller (1989, p. 151).

parte dos meios de comunicação, uma vez que a mídia especializada perspectiva cada vez mais o gênero em termos de nichos, “afirmando dirigir a sua mensagem para determinados tipos de mulheres ou homens, frequentemente estereotipados” (p. 19). Dessa forma, o *niching* tornaria possível a venda de audiências de maneira mais fragmentada.

Seja através de uma audiência de massa tida como uniforme ou por nichos fragmentados em gêneros, é comum o fato de as mulheres terem um tratamento desigual na esfera midiática, não só em relação à representação, mas também quanto à qualidade produtiva do discurso.

\*\*\*

Ao pensar a comunicação como estrutura de sentido coletivo – muito mais do que a produção e a transmissão de mensagens e imagens –, Silveirinha (2012) reconhece o duplo papel da mídia, abarcando tanto o potencial para a opressão, como para a emancipação dos movimentos de luta por justiça social, o que inclui os movimentos feministas. Apesar de terem o poder de desmistificar preconceitos como ferramentas ativas na desconstrução do *status quo*, muitas vezes os meios de comunicação continuam corroborando ideias e valores que servem justamente para ratificá-lo (Savietto, 2015, p. 45).

A construção de identidades sociais realizada pela mídia não deve ser tida como algo intencional e articulado, como se, de forma orquestrada, se decidisse manter grupos marginalizados ou sub-representados. Trata-se, antes, explica Savietto (2015), “de um processo que envolve tanto um reflexo como uma construção ativa dos valores sociais que, num sistema produtivo acrítico, passa a construir as representações pautadas em papéis tradicionais, intrinsicamente ligados a valores patriarcais em que a sociedade foi constituída” (p. 47).

Nesse sentido, o combate à representação mediática sexualizada e erroneamente tipificada das posições das mulheres em sociedade segue sendo importante para os estudos feministas da comunicação e para o movimento das mulheres. Naturalmente, a ausência de representações sexistas na publicidade e na

cultura em geral forneceria uma melhor base sobre a qual homens e mulheres poderiam articular suas relações (Silverinha, 2012, p. 98). Na luta pela diversidade em representações midiáticas de gênero, soma-se a abrangência de novas masculinidades, assim como a inclusão de outras formas representativas de sujeitos sociais, para além do binarismo homem-mulher.

## **FORMAS ALTERNATIVAS DO FAZER JORNALÍSTICO**





## **A versatilidade do Jornalismo Alternativo**

Práticas que se propõem a pensar o jornalismo de modo diferenciado não são uma novidade. No decorrer da história, emergiram diversos movimentos com tal propósito – geralmente estimulados pela insatisfação com a cobertura apresentada pela mídia dominante. A natureza do Jornalismo Alternativo é tão variada que se torna difícil definir a essência do jornalismo que é produzido sob a denominação “alternativo”. Pode-se observar essa diversidade nas diferentes definições de pesquisadores que se dispõem a estudá-lo.

Para Atton & Hamilton (2008, p. 1), além da insatisfação com a cobertura *mainstream* de certos temas e tópicos, o Jornalismo Alternativo (JA) também se preocupa com a epistemologia das notícias; enfatizando práticas alternativas às convenções de fontes de notícias e de representação, à pirâmide invertida do texto noticioso, à hierárquica e capitalista economia do jornalismo comercial, à perspectiva do jornalismo como uma prática profissional, às normas de objetividade e à subordinação do público. Além disso, os autores apresentam algumas características dos meios *mainstream* em relação às quais o JA pretende se diferenciar.

Entretanto, essas potenciais práticas não têm de estar necessariamente presentes em todos os meios alternativos, podendo assim, ser apropriadas a diferentes contextos. Quando focadas e desenvolvidas em determinados casos, acabam gerando termos mais específicos, como por exemplo: jornalismo participativo, jornalismo cidadão, jornalismo comunitário (foco maior na questão do público como produtor ou nas problemáticas que afetam determinada comunidade) e jornalismo independente (foco econômico).

Por certo, “o jornalismo alternativo é praticado numa multiplicidade de modos hibridizados, específicos do contexto e contingentes” (Atton, 2003, p. 269). Suas expressões estão atreladas ao contexto sócio-político-cultural e ao modelo de jornalismo dominante que é praticado em dada sociedade. Ao invés de ser um tipo específico de fazer jornalístico, o chamado Jornalismo Alternativo é melhor entendido como um esforço em constante mudança para responder criticamente às concepções dominantes do jornalismo (Atton & Hamilton, 2008, p. 9).

Susan Forde (2015, p. 294) também concorda que a história do Jornalismo Alternativo está ligada ao ambiente político e social no qual opera, mas considera que isso não significa que o JA seja totalmente dependente do ambiente em que existe. Antes, o ambiente político e as condições de sua localização determinam, muitas vezes, parte de seu conteúdo e dos principais marcos de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, os temas tratados por projetos alternativos e suas motivações são variáveis. Como os projetos de Jornalismo Alternativo esperam ser independentes dos mercados e imunes à institucionalização, pretendem reparar o desequilíbrio do poder da mídia *mainstream* que resulta na marginalização – ou pior, na demonização - de certos grupos e movimentos sociais e culturais (Atton & Hamilton, 2008, p. 2).

Após uma análise de formas internacionais de Jornalismo Alternativo, Forde (2015, p. 296) ressalta que os meios de comunicação alternativos e seus jornalistas têm cumprido o papel de vigiar e de alertar contra o poder dominante dos meios de comunicação e contra o poder político. A contribuição do JA nas democracias também estaria ligada à ampliação das esferas discursivas e ao fortalecimento das vozes das minorias.

Christian Fuchs (2010) trabalha a mídia alternativa sob o viés marxista, destacando a função crítica<sup>7</sup> desse tipo de mídia, tendo em conta que questiona as estruturas sociais dominantes. Assim, as mídias alternativas são meios que desafiam as formas capitalistas dominantes de produção, de conteúdo, de distribuição e de recepção de mídia (Fuchs, 2010, p. 178). Buscando ir além da perspectiva anarquista e de práticas autogerenciadas e desprofissionalizadas que costumam estar conectadas aos estudos de mídia alternativa, Fuchs dá um foco maior na forma e no conteúdo dos produtos alternativos.

Segundo o autor, nesses meios há conteúdo de oposição que fornece alternativas às perspectivas heterônomas repressivas dominantes – como o patriarcado,

---

<sup>7</sup> As formulações sobre a mídia alternativa de Christian Fuchs apoiam-se na teoria marxista. O professor a chama de “mídia crítica” justamente por adotar a noção marxista de ‘crítica’, entendida como humanismo radical, orientação na essência humana, oposta a toda dominação. O argumento é de que as estruturas capitalistas são prejudiciais à livre expressão crítica na imprensa (Fuchs, 2010, pp. 180-181).

o racismo, o sexismo, o nacionalismo, reflexos da regra do capital. Portanto cria-se conteúdo contra-hegemônico, que inclui as vozes de excluídos, oprimidos, dominados, escravizados, alienados e explorados. Além de dar voz e visibilidade a quem não tem, a mídia alternativa procura transcender a filtragem e a censura da informação por parte de monopólios corporativos de informação, monopólios estatais ou monopólios culturais na informação e comunicação públicas (Fuchs, 2010, p.179).

Cabe aqui aproveitar a parte final da ideia apresentada acima, para elucidar o significado dos termos “dominante” e “*mainstream*”, de forma a qualificar um tipo de mídia/jornalismo da qual o “alternativo” pretende distinguir-se. Dependentes de um contexto relacional, tais termos – e suas diferentes significações – sempre estarão atrelados a um ambiente sócio-político de referência. Nos diversos contextos, o mais importante é que existe a formação de um discurso que pode ser tido como “hegemônico” em dada sociedade, tanto por ação de conglomerados de mídia capitalista com alto poder de concentração, quanto por ação de mídias estatais com características restritivas, por exemplo.

O conceito de hegemonia desenvolvido por Antonio Gramsci é útil no sentido em que denuncia a naturalização de construções hegemônicas realizadas pela mídia sob a aparência de “senso comum” do quotidiano, de “normal”, de “verdadeira” realidade. Sendo a mídia um instrumento fundamental à obtenção do consentimento público, as realidades hegemônicas manter-se-iam como tal através de uma contínua construção e reconstrução de mensagens, o que torna possível os impulsos contra-hegemônicos de resistência e a luta por significado (Silveirinha, 2004, p. 7).

Em sentido semelhante, ao tratar sobre a “mentalidade de resignação<sup>8</sup>” que os conglomerados mediáticos ajudam a alimentar – sinal de que o poder está a ser ou foi retirado das pessoas, Gallagher (1995) repara que, enquanto certas formas de comunicação e de cultura podem retirar poder, outras podem concedê-lo. No que diz

---

<sup>8</sup> Margaret Gallagher (1995) refere-se ao termo do jornalista uruguaio Eduardo Galeano, que descrevia uma tendência dos latino-americanos para a imitação, explicada pela ausência de oposição à invasão cultural americana na América Latina: “Através do estímulo do consumo, as políticas neo-liberais apaixonadamente promovidas pelos países do Norte abafam simultaneamente a resistência e a criatividade” (Gallagher, 1995, p.73).

respeito aos meios alternativos criados por mulheres, em prol de temas feministas, pode-se dizer que sempre funcionaram como uma estratégia de resistência. Segundo a autora, as mulheres não se contentaram apenas com a denúncia de preconceitos e desigualdades na mídia convencional, “elas criaram e usaram inúmeros canais de comunicação alternativos e participativos no apoio às suas lutas, na defesa dos seus direitos, na promoção da reflexão, na difusão das suas próprias formas de representação” (Gallagher, 1995, p.76).

\*\*\*

Nas últimas décadas, ao encontrarem espaço na plataforma digital, as práticas de Jornalismo Alternativo ganharam força, principalmente pela possibilidade de barateamento de custos de produção e de publicação de conteúdos, pela segmentação da rede e pela capacidade de atingir uma audiência imensurável. “Se para o jornalismo comercial o desenvolvimento da internet representa uma crise, para o jornalismo alternativo o que se observa é o apontamento de oportunidades que se abrem” (Carvalho, 2014, p. 128).

A era digital tem levado o jornalismo a ser repensado e transformado constantemente, não apenas em termos de formatos e suportes de distribuição, de rotina e de práxis profissional, mas também em relação à economia e sustentabilidade dos meios, não esquecendo o equacionamento de sua função social nas democracias contemporâneas.

Nesse último aspecto, destaca-se a “perda de terreno” dos grandes veículos jornalísticos como únicos interlocutores da esfera pública. Os novos produtores do contexto digital também podem decidir sobre os assuntos que merecem ser publicizados, refletidos e debatidos. Tal possibilidade sempre esteve presente nas práticas de JA; mas se, antigamente, sua abrangência de público era restrita, talvez indo pouco além dos próprios membros de grupos, de movimentos ou de comunidades ligados às causas tratadas, na Internet a abrangência das práticas alternativas é potencializada.

## O potencial jornalístico dos dados na era digital

As tecnologias do ambiente digital facilitam grandemente a forma de se ter acesso, de montar, de cruzar e de apresentar grupos de informação em dados que antes estavam restritos a planilhas fechadas e complicadas de lidar. Atualmente, além de tabelas numéricas a que os jornalistas estavam acostumados, os “dados” no ciberespaço são constituídos a partir de um grupo amplo de informações, que inclui documentos confidenciais, fotos, vídeos e áudios (Mancini & Vasconcelos, 2016, p. 71). Quando as novas possibilidades de trabalho com dados se combinam com o trabalho jornalístico, tem-se o que pode ser chamado de “Jornalismo de Dados”, tido nos últimos anos como uma das grandes tendências no jornalismo, a nível mundial.

Entretanto, a prática do uso de dados para incrementar a reportagem é tão antiga quanto a própria existência dos dados visto que sempre houve vertentes jornalísticas que empregaram técnicas computacionais para os analisar. Não se pode, assim, afirmar que o Jornalismo de Dados seja novo: mais correto é considerar que o jornalismo de dados está em outra geração.

No ano de 1952, a rede de TV americana CBS usou pela primeira vez uma prática chamada *Computed Assisted Reporting* (CAR), que pode ser considerada precedente ao que hoje se chama Jornalismo de Dados; pois se define na tentativa organizada e sistemática de utilizar computadores para a coleta e a análise de dados, visando a criação e o aprimoramento da notícia.

O primeiro exemplo em que um conjunto de dados foi usado como origem e/ou técnica de aprofundamento de uma reportagem, remonta ainda mais ao passado: em 1821, o jornal *The Guardian* divulgou uma lista, obtida de fonte não oficial, que relacionava o número de alunos das escolas da cidade de Manchester com os custos de cada uma. Aquele levantamento, feito manualmente, ajudou a mostrar o verdadeiro número de alunos que recebiam educação gratuita, muito maior do que os números oficiais revelavam (Gray & Bounegru & Chambers, 2011).

No início dos anos 70, o termo “jornalismo de precisão” (*precision journalism*) foi cunhado por Philip Meyer para descrever o tipo de apuração jornalística que

empregava métodos de pesquisa das ciências sociais e comportamentais, realizada por meio de ferramentas de amostragem, análise de computador e inferência estatística, por exemplo. O jornalismo de precisão foi proposto para ser praticado em instituições jornalísticas convencionais por profissionais formados em jornalismo e em ciências sociais, através de métodos científicos de coleta e de análise de dados.

Como o *precision journalism* foi originalmente concebido durante os movimentos sociais de protesto dos anos 60, ele serviu para retratar grupos marginais e suas histórias. Segundo Meyer (1991), era uma forma de expandir o arsenal de ferramentas do repórter, a fim de tornar temas antes inacessíveis ou parcialmente acessíveis em objeto de escrutínio jornalístico, sendo especialmente útil para dar visibilidade a grupos minoritários e a dissidentes que lutavam por representação.

O Jornalismo de Dados (JD) ainda pode abranger os termos “*database journalism*” e “*data-driven journalism*”. Segundo Martinho (2014), uma diferença entre essas duas práticas é o foco. A primeira põe as bases de dados no centro do trabalho, como ferramenta essencial para disponibilizar produtos em formatos que tradicionalmente não estão ligados às práticas jornalísticas, como, por exemplo, simuladores com atualizações em tempo real e filtros de dados dinâmicos. A segunda põe o foco nas histórias jornalísticas, assumindo-se como um processo que usa dados numéricos ou bases de dados para chegar ao produto jornalístico final (Martinho, 2014, p. 68).

Não obstante os seus antecedentes históricos, o JD encontra-se agora numa nova etapa, com o contexto digital a ampliar as suas possibilidades de expansão, quer na análise de grandes volumes de dados (*big data*) quer nas diversas formas de apresentação dos resultados.

\*\*\*

Uma grande diferença da era digital está no enorme volume de dados disponíveis no ciberespaço, que inclui sítios digitais de governos, empresas e instituições, fonte rica para o trabalho jornalístico. A adoção de políticas de acesso à informação e de transparência por governos de todo o mundo é indispensável no

desenvolvimento do JD. Conhecidos como políticas de “dados abertos” (*open data*) ou “transparência pública” (*open government*), esses mecanismos inundam a Internet, trazendo bases de dados antes muito difíceis de serem obtidas.

Mazotte (2016) considera que um dos desafios do JD é o de romper com a resistência à liberação de dados de interesse público. “O ativismo em prol da transparência precisa fazer parte da rotina de quem lida com dados, pressionando gestores e servidores públicos a manterem suas bases bem estruturadas, atualizadas e acessíveis” (para.10). Nesse contexto de disseminação da cultura de dados abertos, os esforços do trabalho jornalístico voltam-se mais para o processamento das informações do que para a busca e a reunião de dados. Torna-se importante destacar que uma boa utilização de dados sempre estará atrelada ao bom cumprimento das rotinas jornalísticas, como uma profunda investigação e uma confiável curadoria, papéis centrais do jornalismo na era digital.

Uma particularidade destacada do Jornalismo de Dados feito atualmente (e um diferencial dos seus antecessores) é a incorporação das técnicas de programação e de codificação no jornalismo. Os diferentes produtos que podem nascer de uma investigação de jornalismo de dados exigem, muitas vezes, a criação de modelos estatísticos próprios para explicar determinados assuntos, assim como ferramentas *online* interativas e aplicativos que apresentem de maneira fácil e atrativa o conteúdo aos usuários (Gray & Bounegru & Chambers, 2011).

Os autores enfatizam a necessidade multidisciplinar da atividade presente, dizendo que um trabalho desse nível só será possível se realizado de forma colaborativa entre jornalistas, desenvolvedores, hackers-ativistas, estatísticos, designers, entre outras especialidades. As circunstâncias *online* também combinam sofisticadas ferramentas de pesquisa, centradas no usuário, além de plataformas de *crowdsourcing*<sup>9</sup> e de publicação automática. Tudo isso permite que um maior número

---

<sup>9</sup> O termo *crowdsourcing* foi citado pela primeira vez em 2006 quando os editores da Revista *Wired*, Jeff Howe e Mark Robinson, fundiram as palavras *crowd* (multidão) e *outsourcing* (terceirização) para se referirem a um novo conceito de interação social. Refere-se a um modelo de produção que usa conhecimentos coletivos e voluntários (recrutados especialmente via Internet), para solucionar problemas do dia a dia, desenvolver novas tecnologias, criar conteúdo ou prover serviços. Fonte: <<https://endeavor.org.br/crowdsourcing/>>

de pessoas trabalhe com incontáveis dados de modo facilitado, o que nunca tinha acontecido em qualquer momento anterior da história.

Para além da associação da capacidade investigativa com as novas possibilidades tecnológicas, a fim de conceituarem melhor o Jornalismo de Dados, Mancini & Vasconcelos (2016) propõem centrar o debate atual na incorporação de novas competências pelo campo jornalístico. A tecnologia incentiva e pode criar condições para novas práticas no processo de apuração jornalística; entretanto, o ponto não é o objeto técnico em si, mas como esse objeto pode ser explorado (Mancini & Vasconcelos, 2016, p. 72). Para os autores, o que precisa ser problematizado na definição de JD é como o uso e o aprofundamento dessas competências alteram a rotina de produção de notícia, além de como possibilitam o manejo de novas técnicas na construção de conteúdos.

Nesse sentido, Mancini & Vasconcelos (2016), com o objetivo de discutir as possibilidades de classificação do JD, sugerem ainda que tal questão seja pensada através de uma diferenciação entre jornalismo **com** dados e jornalismo **de** dados. Isso evitaria que apenas dimensões tecnológicas (uso de *softwares*) ou estéticas (produção de complexas infografias) conduzissem sozinhas definições do que possa vir a ser JD. Ao mesmo tempo, destacam a importância de existir “uma comunicação gráfica dos dados que se associa com o seu conteúdo analítico de forma a enriquecer a compreensão da história contada” (Mancini & Vasconcelos, 2016, p. 76).

\*\*\*

Destaca-se também, no contexto digital, a relação entre Jornalismo de Dados, transparência e democracia. Muitos são os exemplos em que o jornalismo investigativo aliou-se a uma plataforma de dados (WikiLeaks, Panamá Papers, para citar os mais conhecidos), a fim de denunciar operações ilícitas de executivos, burocratas, líderes de regimes autoritários, corporações financeiras e/ou abusos de poder e atentados aos direitos humanos por autoridades e instituições. Daniel Leslie (2016) afirma que a natureza sem atrito dos dados digitais e o iminente potencial de vazamento podem ser vistos como uma espécie de desinfetante para os piores tipos de sigilos: aqueles que enriquecem regimes autoritários e permitem a corrupção.



Sem dúvida, as oportunidades geradas por essas plataformas de dados dão fôlego imenso ao jornalismo investigativo, mobilizando uma discussão sobre a qualidade do papel da mídia informativa na dinâmica democrática. O WikiLeaks, projeto que contribuiu para uma maior projeção do jornalismo de dados, mesmo existindo desde 2006, só se tornou mediaticamente relevante em 2010. Foi a partir desse momento que sua informação bruta foi escrutinada, tratada e disponibilizada por jornalistas de órgãos de comunicação social de alguns dos maiores grupos de mídia (Martinho, 2014, p. 66).

O exemplo reforça a importância do processamento das informações realizado pelo jornalismo, já que é através da análise que se transformam dados em conhecimentos. Para Leslie (2016, para.7), o jornalismo de dados está rapidamente virando o antídoto mais importante contra o poder corporativo ilegal ou atividades corruptas de governos. Mazotte (2016) aponta, igualmente, para a necessidade de quem trabalha com jornalismo de dados estar apto para atuar em vazamentos de dados massivos; monitorar as técnicas de medição de sistemas de informação governamentais e empresariais – em outras palavras, contestar algoritmos e metodologias e remodelar evidências oficiais (para.11).

Sobre a cultura de dados abertos e a transparência em que o JD está inserido, Mancini & Vasconcelos (2016) destacam as potenciais mudanças que a disseminação de princípios democráticos, como os do *Open Government*, podem trazer à atividade jornalística:

“[...] se o jornalismo pode ser visto como um importante ator no processo de *accountability* político, entendida aqui como ações que geram fluxos e contrafluxos da temática da vida pública e ainda exige do campo político justificativas para suas decisões, sua atuação institucionalizada acaba por refletir sobre a *performance* das democracias” (Mancini & Vasconcelos, 2016, p. 70).

Os autores consideram as mudanças no *modus operandi* da produção jornalística que resultam no Jornalismo de Dados como uma qualificação. Isso

implicaria mudanças no tipo e na qualidade do conteúdo ofertado aos atores do espaço público democrático.

Pensando na vantagem ao consumidor de notícias, Tom Fries, em depoimento contido no Manual de Jornalismo de Dados (Gray & Bounegru & Chambers, 2011), diz que um JD bem executado ajudaria a combater a assimetria da informação, entendida como a incapacidade do cidadão de absorver e processar as informações na velocidade e no volume com que chegam. Nesta era de abundância informacional, como destacado atrás, é ainda mais necessário que os jornalistas exerçam a sua função de verificar, analisar e sintetizar a imensidão de dados.

Para Toledo (2014), o trabalho do jornalista de dados seria, essencialmente, filtrar, filtrar, filtrar de novo – e daí organizar o que sobrou de modo a que o público seja capaz de atribuir sentido ao produto depurado. Considera que o produto do jornalismo de dados não é uma manchete ou uma reportagem, mas sim uma ferramenta: muito mais do que apresentar a narrativa do jornalista, ajuda o internauta a criar sua própria narrativa para os fatos (p. 8). Enaltecendo trabalhos bem sucedidos do NYTimes.com, como o das eleições americanas de 2012 e o dos presos de Guantánamo, Toledo (2014) comenta:

Ao fornecer os meios aos que antigamente eram chamados de leitores, a equipe criada por Aron Pilhofer dá a esses usuários o poder de organizar a massa de dados, fazer suas próprias sinapses e tirar conclusões originais. Não é à toa que o nome da editoria que ele comanda chama-se *Interactive News* (notícias interativas). Essa interação propiciada pelas ferramentas do Jornalismo de Dados cria possibilidades muito mais ricas e diversificadas do que um texto jornalístico comum seria capaz de estimular. O ponto de vista do usuário passa a ser necessariamente parte da narrativa. Ganha-se em pluralidade. A perspectiva coletiva é, por definição, mais plural do que a de um só jornalista, por mais “lados” que ele tente incorporar à sua narrativa (Toledo, 2014, pp. 8-9).

O autor comenta que a capacidade de transferir a interpretação dos dados para o público pode gerar o argumento de que isso só reforçaria os próprios preconceitos e vieses de quem usa a ferramenta. “Talvez sim, mas ao menos os pontos de vista dissonantes estarão destoando a partir de uma base comum, o que, em tese, cria espaço para debate, não bate-boca” (Toledo, 2014).

\*\*\*

Por fim, nota-se que o jornalismo de dados abre infinitas possibilidades de exploração, sendo necessária a percepção das riquezas que estão escondidas em um determinado grupo de dados. Através do JD são criadas novas abordagens para a narrativa jornalística e novos subsídios para se contar uma história de forma mais apropriada, apresentando uma quantidade de dados de maneira atraente, dinâmica e interativa, que busque facilitar o entendimento dos leitores sobre determinado assunto.

Abre-se também o leque de perspectivas a serem exploradas, desde a aproximação dos cidadãos a temáticas para os ajudar a tomar decisões, até a apresentação de assuntos abstratos de maneira visível ou o relacionamento de variantes complexas, por exemplo. A contextualização e a significação dos fatos são de extrema importância, já que, após passar por um tratamento jornalístico, um conjunto de dados adquire valor inestimável e inovador.

Antecipando um pouco a relação que será observada na parte empírica do trabalho, pode-se dizer que, em questões relacionadas ao gênero, o jornalismo de dados pode apresentar algumas contribuições, principalmente por permitir o afastamento do jornalismo declaratório. Mazotte (2016), codiretora da revista *Gênero e Número*, observa que, atualmente, as narrativas de gênero partem muito de situações particulares. Nesses contextos, algum caso ou outro pode ganhar força na mídia, “mas o jornalismo de dados vem para trazer os números e a realidade por trás disso” (Mazotte, 2016, *apud* Julio, 2016, para.2). O uso de dados, então, traria certa consistência às pautas que abordam as desigualdades entre homens e mulheres.



**ABORDAGEM ALTERNATIVA DE GÊNERO: O CASO DA REVISTA  
GÊNERO E NÚMERO**



## Enquadramento metodológico

Mediante o panorama apresentado nas páginas anteriores, pretende-se agora analisar fatores relacionados à representação de gênero e, mais especificamente, das figuras femininas, em um projeto jornalístico independente – o que será feito através do estudo de caso da *web* revista brasileira *Gênero e Número*.

Centrado numa perspectiva feminista da mídia, a investigação parte da seguinte hipótese de trabalho:

**Hipótese Principal:** um meio de comunicação que enfoca o gênero apresenta uma abordagem jornalística diferenciada em relação à mídia *mainstream*.

Tal abordagem será escrutinada através de dois aspectos: a representação dos sujeitos noticiosos na revista e o jornalismo de dados aí praticado. Dessa forma, são hipóteses secundárias:

**H1:** A revista apresenta modos de representação mais equitativos das mulheres.

**H2:** O jornalismo de dados da revista cria novas abordagens para a narrativa jornalística sobre o gênero.

**H3:** Os dados contribuem para a melhor compreensão da realidade das mulheres.

O projeto de mídia aqui abordado foi lançado em agosto de 2016, buscando qualificar os debates de gênero no Brasil a partir de narrativas construídas com bases de dados e evidências. Relativamente recente, a revista *online* escolhida para a análise apresenta duas temáticas bastante discutidas na atualidade: a questão do gênero e o Jornalismo de Dados. Ao abordar as assimetrias de gênero, o Relatório de Atividades (2016) da revista salienta que sua criação significou “estabelecer (e fortalecer) contranarrativas ao discurso midiático dominante, que normaliza constantemente as violações aos direitos das mulheres e não contribui para o avanço rumo à condição de igualdade entre gêneros” (p. 5).

Como objeto de estudo da área de Comunicação Social – Novos Media, a revista possui algumas vantagens: por um lado, permite a observação da prática jornalística de dados, bastante comum nos últimos anos; e, por outro, possibilita atentar em como as assimetrias de gênero vêm sendo abordadas por esse meio. Tanto no que se refere à representação, quanto ao jornalismo de dados, sempre se buscará, primeiramente, um entendimento geral sobre a questão entre os gêneros; e, posteriormente, examinar-se-ão aspectos mais específicos da categoria feminina.

Especificamente, o foco desta análise são as reportagens – a que a revista chama “histórias” – das primeiras quatro edições, publicadas nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2016 (ver *corpus* detalhado no Anexo I). As edições são temáticas, ou seja, cada edição traz o panorama de um assunto maior; nos casos analisados, foram enfatizados os seguintes temas: esporte, política (duas edições) e violência.

As peças estudadas foram selecionadas através do método de amostragem não probabilística, com o desenho da amostra realizado por conveniência, comportando as dezesseis reportagens da primeira fase da revista. As fases da revista são demarcadas pela sustentabilidade dos recursos obtidos através de financiamento coletivo. A primeira etapa da revista está em consonância com o conjunto inicial de recursos que possibilitou a estreia do projeto.

O *corpus* foi submetido à análise do conteúdo, que é “[...] uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, 1954, citado por Janeira, 1971, p. 371). Mesmo sendo um método essencialmente quantitativo, com alto rigor técnico, seus recentes progressos foram encorajados por uma preocupação conjunta e largamente partilhada de rigor metodológico e profundidade inventiva (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 227). O método possui uma enorme elasticidade, devendo, por isso, ser encarado de forma maleável, sempre adequado aos objetivos práticos a que visa.

Os pontos da análise quantitativa baseiam-se na metodologia usada pelo *Global Media Monitoring Project* (GMMP), projeto já comentado no segundo capítulo deste trabalho (ver página 31) A importância do monitoramento de mídia como ferramenta



de mudança foi oficialmente reconhecida pelas Nações Unidas em 1995, quando mencionada, pela primeira vez, na Seção J da Plataforma de Ação de Pequim. Desde então, a implementação do GMMP foi orientada por pesquisadores interessados em assegurar uma análise comparável e precisa dos dados coletados em diferentes contextos e por inúmeros indivíduos.

Esse projeto foi inicialmente inspirado pela preocupação das mulheres ativistas em trazer a questão da responsabilidade da mídia para a frente do debate sobre desigualdades de gênero. A cada cinco anos desde 1995, a pesquisa GMMP toma o pulso de indicadores selecionados de gênero na mídia, estudando a presença das mulheres em relação aos homens, o preconceito de gênero e os estereótipos no conteúdo da mídia. Sua metodologia pretende ser universal: os monitores de mídia em cada país aplicam um conjunto padronizado de ferramentas de monitoramento para coletar informações sobre, por exemplo, o número de mulheres e homens nas notícias, os tipos de história em que são encontrados, os papéis que desempenham nas notícias etc.

Cada um dos meios de comunicação estudado pelo GMMP – televisão, rádio, imprensa, Internet e Twitter – possui um guia de monitoramento específico, com pequenas adaptações entre eles, para recolher informações ligeiramente diferentes para cada meio. Pelo fato do objeto de estudo ser uma revista *online*, este trabalho está baseado nas diretrizes para codificação de notícias na Internet.

A aplicação do instrumento de observação às “histórias” permitiu captar informações sobre cada pessoa referida na reportagem, no que diz respeito a:

- gênero<sup>10</sup>;
- idade;
- ocupação/cargo;
- identificação por relações familiares;
- função na notícia;

---

<sup>10</sup> A metodologia do GMMP usa a variável “sexo”. O termo foi mudado para “gênero”, pois levam-se em consideração as ideias apresentadas no capítulo 1, que questionam o fator biológico do sexo, considerando-o uma construção cultural. E sobretudo porque a revista trabalha com gênero.

- como foi citada ou referida.

Verificam-se, igualmente, situações mais específicas relacionadas à forma como algumas dessas pessoas são representadas nas imagens fotográficas.

Por meio desses pontos de análise, também será possível inferir sobre aspectos qualitativos do conteúdo das reportagens, visando detectar alguns padrões básicos da representação de gênero efetuada pela revista. Não se pretendeu fazer aqui a apreciação exaustiva das reportagens selecionadas, mas sim um estudo a partir de critérios considerados relevantes, sobretudo a presença feminina expressada através de aspectos como visibilidade, voz e menção. Uma análise de conteúdo que recolhe variáveis semelhantes aos usados na metodologia do GMMP também busca tornar possível um quadro minimamente comparativo, especialmente por este trabalho elencar, no Capítulo 2, muitos dos problemas detectados pelo *Global Media Monitoring Project* em seus estudos sobre a mídia *mainstream*. Com isso, será possível verificar se revista apresenta modos de representação mais equitativos das mulheres (**H1**).

Em relação à análise do Jornalismo de Dados, foi aplicada, em cada “história” que integra o *corpus*, a matriz de classificação de Mancini & Vasconcelos (2016), que apresenta no seu eixo vertical uma classificação em cinco níveis, partindo do jornalismo **com** dados até um extremo ideal do jornalismo **de** dados (ver anexo II). Essa variação permite que as nuances entre as publicações possam ser contempladas, de forma a limitar o corte abrupto entre o que é e o que não é JD. O extremo do jornalismo **com** dados (nível 5) contemplaria reportagens que se apropriam de dados de forma ilustrativa. Já no auge do jornalismo **de** dados (nível 1), os dados seriam a própria razão da reportagem.

A aplicação da matriz permite verificar se, de fato, a revista apresenta dados originais e bem articulados com a produção de seus textos informativos, como parece ser sua proposta; e se o JD resulta em novas abordagens para a narrativa jornalística sobre o gênero (**H2**). Analisar-se-à também se os grupos de dados usados e/ou criados pela revista contribuem para a melhor compreensão da realidade das mulheres (**H3**).

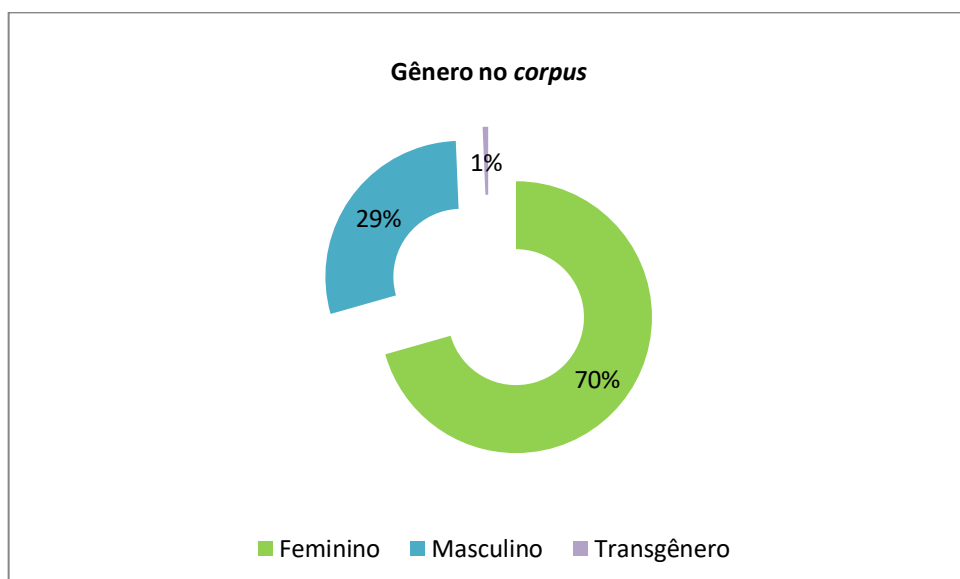
### **Análise detalhada do *Corpus*: a representação das mulheres na revista**

Diante dos problemas apresentados no capítulo “As mulheres e a mídia”, principalmente os que se referem à cobertura generalista da mídia *mainstream*, parte-se do pressuposto de que uma revista que enfoca questões de gênero apresenta modos alternativos e mais equitativos de representação.

Com a intenção de perceber algumas características das identidades de gênero na revista, apresentam-se a seguir análises sobre os sujeitos das histórias (femininos, masculinos e outros), em relação aos pontos de observação descritos anteriormente: gênero, idade, ocupação/cargo, relação familiar, função e citação na reportagem, fotografia. Considerando o percurso teórico do trabalho, o foco maior é a apreciação da visibilidade, da voz e da menção das mulheres. Também se analisa o contributo do Jornalismo de Dados para um produto jornalístico que visa abordar desigualdades entre os gêneros a partir de narrativas construídas com base de dados e evidências.

#### *Questão 1- Distribuição de gênero no corpus*

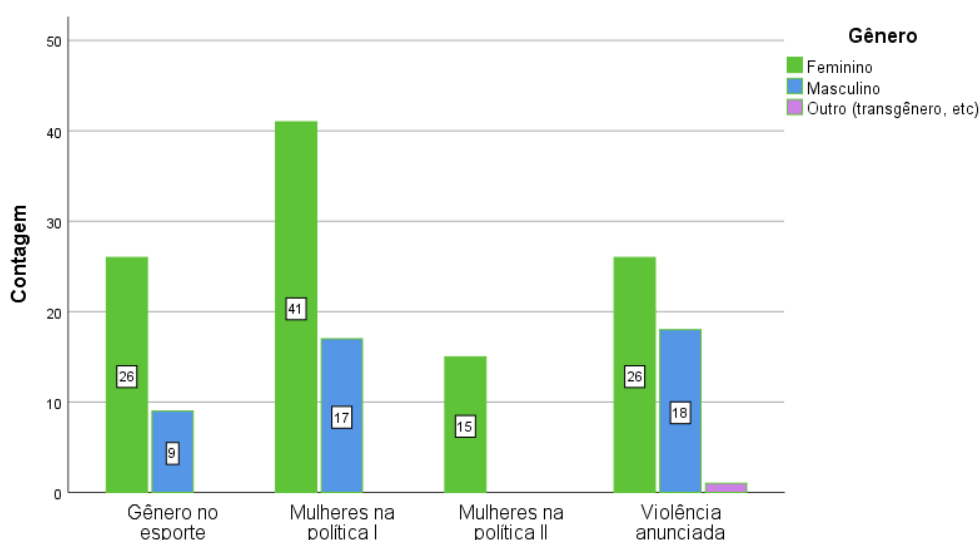
O *corpus* está composto por 16 reportagens, totalizando 153 sujeitos observados. Desse total, o gênero distribui-se da seguinte forma:



**Gráfico 1: Distribuição de gênero no *corpus***

Nota-se a prevalência feminina dos sujeitos noticiosos, demonstrando uma preocupação em conceder visibilidade às mulheres, o que parece ir ao encontro da proposta feminista da revista.

*Questão 2- Distribuição de gênero por edição<sup>11</sup>*

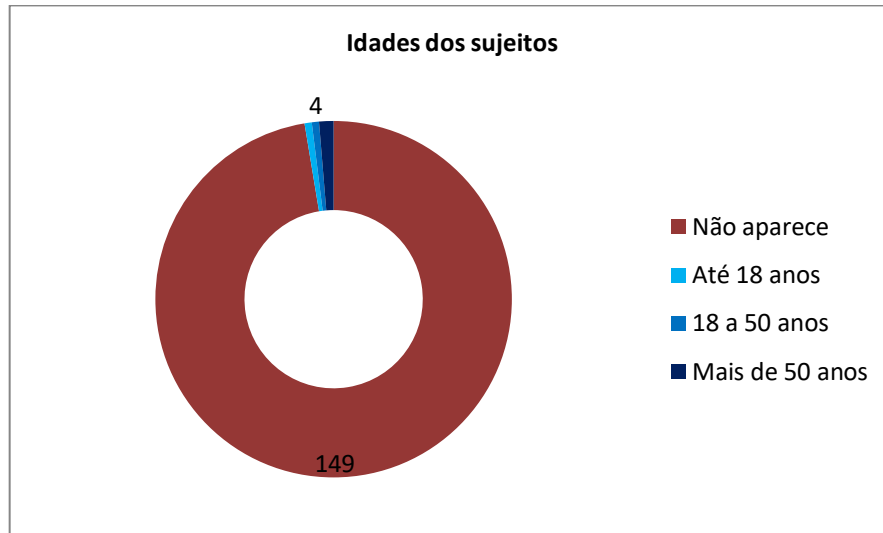


**Gráfico 2: Distribuição de gênero por edição**

Todas as edições apresentam mais figuras femininas do que masculinas em suas reportagens; sendo que a edição “Mulheres na política II” não contém nenhum homem como sujeito noticioso, e a edição “Violência anunciada” possui um transgênero<sup>12</sup>. Além da prevalência feminina, observa-se o princípio de abertura à inserção de figuras que fogem ao binarismo tradicional de gênero, o que veio a ocorrer na quarta edição da revista.

<sup>11</sup> A partir daqui, como este trabalho não analisou as edições da revista integralmente, quando for referida a “edição” ou as “edições”, é necessário lembrar que há um recorte delimitado do *corpus*.

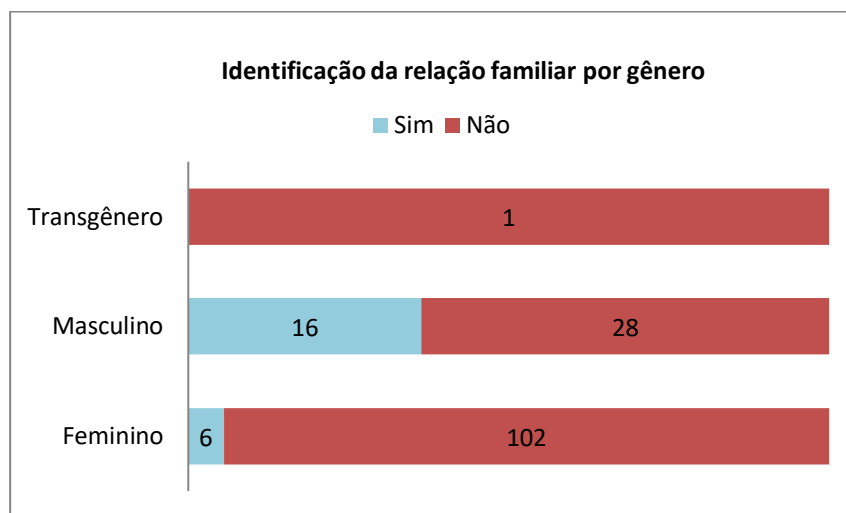
<sup>12</sup> O sujeito transgênero – por ser apenas um caso no *corpus* e, por isso, não apresentar aqui a devida representatividade – não será referido em algumas tabelas comparativas de valores percentuais. Entretanto, considerações a respeito desse sujeito estarão presentes no texto, quando relevantes.

*Questão 3- Idades dos sujeitos***Gráfico 3: Idade dos sujeitos**

Nas reportagens da revista, a idade dos sujeitos noticiosos é uma característica pouco sinalizada, não havendo grande diferença nos percentuais apresentados pela hipótese “Não aparece” para os gêneros masculino e feminino (95,5% e 98,1%, respectivamente). Dos quatro sujeitos que têm suas faixas etárias especificadas, dois são mulheres (18 a 50 anos; mais de 50 anos) e dois são homens (até 18 anos; mais de 50 anos).

Nas notas jornalísticas avaliadas pelo GMMP em 2015, foi constatado que os dados sobre a idade são mencionados para as mulheres quase duas vezes mais do que para os homens. A maioria das mulheres com idade mencionada nos jornais tem entre 19 e 49 anos de idade, enquanto a distribuição para homens é mais uniforme entre as faixas etárias (*Global Report “Who Makes the News”, 2015, p. 40*).

*Questão 4- Relação familiar por gênero*



**Gráfico 4: Identificação da relação familiar por gênero**

As mulheres, em sua grande maioria (94,4%), não são identificadas por suas relações familiares no *corpus* estudado.

No *Global Report “Who Makes the News”* (2015, p. 44), o GMMP constatou que elas seriam identificadas, comumente, pelo *status* na família (como esposas, mães etc.) três vezes mais do que os homens (19% e 5%, respectivamente). Aqui, ao contrário, é mais comum a identificação por essas relações aparecerem aplicadas aos homens – que foram identificados como maridos, pais e ex-companheiros, por exemplo –, em 36,4 por cento das vezes em que foram sujeitos da reportagem (16 casos). A revista mostra também uma preocupação em não usar a relação familiar, como expressa pelas palavras “mãe” e “esposa”, para descrever as mulheres. Ao invés do uso de termos que podem simplificar suas identidades a certas condições, são usadas expressões verbais com valores de ação, como “casada com” e “dar à luz”.

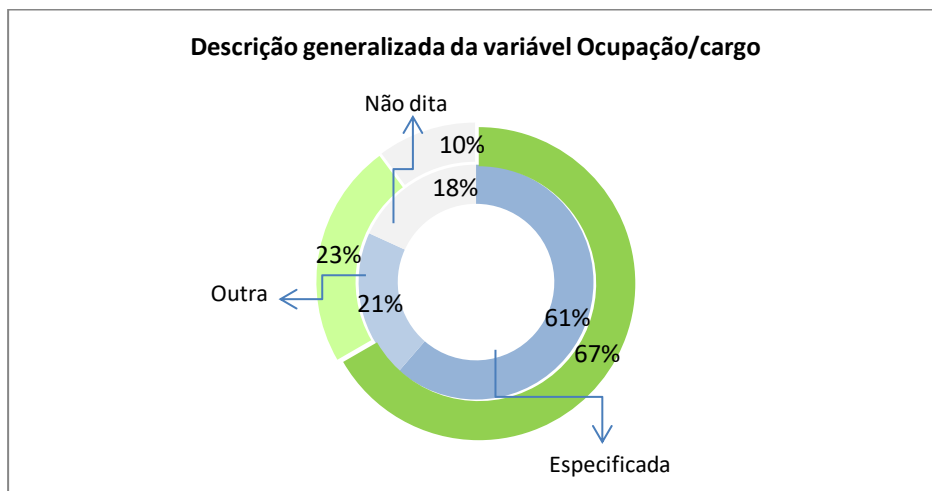
No caso constatado aqui, embora a relação familiar dos sujeitos masculinos apareça mais do que nos sujeitos femininos, isso não deve ser interpretado como uma espécie de reversão de desigualdade representativa, no sentido de resumir os homens a “maridos” ou “pais”. Por se tratar de um meio jornalístico alternativo que, assumidamente, visa empoderar as mulheres e combater estereótipos de representação comuns na mídia *mainstream*, o objeto empírico coloca os sujeitos noticiosos femininos como personagens principais nas suas histórias. Consequentemente, os

homens aparecem sempre por relação aos sujeitos principais. As posições familiares aqui detectadas, então, têm mais a ver com a relação desses sujeitos com a pessoa principal da história, isto é, com a mulher. Na maioria das vezes, referem-se a situações em que a identificação dos sujeitos não ocorre através de nomes próprios; por isso, a especificação do parentesco é usada como elemento de ligação a outros sujeitos noticiosos.

Além do mais, a questão da redução da representação das mulheres a figuras familiares, quando levantada no âmbito feminista, está articulada com as problemáticas apresentadas nos primeiros capítulos, como a universalização das identidades femininas, a estereotipação e a trivialização de seus papéis na sociedade e o confinamento das mulheres ao âmbito do lar e da esfera privada. Por isso, tal reversão de desigualdade representativa nem poderia ser detectada através deste estudo: poder-se-ia afirmar, talvez, que um alto número de mulheres identificadas por suas relações familiares seria negativo; mas não poderíamos concluir o mesmo para os sujeitos masculinos, visto que não há um embasamento teórico sobre, por exemplo, as novas masculinidades.

#### *Questão 5- Ocupações/cargos de mulheres e homens*

Das 108 mulheres presentes nas reportagens, 67 por cento (72 casos) tem suas ocupações especificadas de acordo com o quadro de profissões usado nesta pesquisa (ver Anexo II). Já dos 42 sujeitos masculinos, 61 por cento (27 casos) trazem essa informação. No gráfico abaixo, tem-se uma descrição generalizada da variável relacionada às ocupações e aos cargos dos sujeitos da reportagem, com o panorama feminino apresentado na roda maior e o masculino, na menor:



**Gráfico 5: Descrição generalizada da variável Ocupação/cargo por gênero**

Foram enquadrados na hipótese “Outra”, configurando situações de trabalho não previstas no quadro de profissões, 23 por cento das mulheres (25 casos) e 21 por cento dos homens (9 casos). Em sua maioria, referem-se a candidatos(as) e ex-ocupantes de cargos políticos – que não se configuram como pessoas em cargos ativos de decisão –; e a membros de comissões esportivas.

Abaixo, veem-se as cinco principais ocupações e cargos de mulheres e de homens:

MULHERES		HOMENS	
1º	Desportista, atleta, jogadora ou técnica <b>(16,7% das mulheres nas Histórias)</b>	1º	Governo, político, ministro etc. <b>(13,6% dos homens nas Histórias)</b>
2º	Governo, política, ministra etc. <b>(15,7%)</b>	2º	Advogado, juiz, magistrado, promotor etc. <b>(11,4%)</b>
3º	Perita da academia, professora, pesquisadora <b>(13,9%)</b>	3º	Desportista, atleta, jogador ou técnico <b>(9,1%)</b>
4º	Advogada, juíza, magistrada, promotora etc. <b>(7,4%)</b>	4º	Realeza, monarca etc. <b>(6,8%)</b>
5º	Ativista ou trabalhadora na sociedade civil, ONG, partidos e sindicato <b>(6,5%)</b>	5º	Polícia, militar, bombeiro, delegado <b>(4,5%)</b>

**Quadro 1: Cinco principais ocupações/cargos de mulheres e de homens**



O reconhecimento, por parte da mídia, da participação das mulheres como força de trabalho e como atores sociais atuantes na vida econômica é importante, uma vez que tal assunto foi considerado ainda com poucos avanços pelo GMMP. Em 2015, embora cerca de 40 por cento das mulheres tivessem empregos remunerados em todo o mundo (conforme dados da Organização Mundial do Trabalho), apenas 20 por cento das pessoas empregadas formalmente, nas notícias avaliadas, eram mulheres. Enquanto isso, 67 por cento dos progenitores desempregados que permanecem em casa foram apontados como sendo mulheres, demonstrando que o estereótipo da “mulher dona de casa” era reforçado pela mídia (*Global Report “Who Makes the News”*, 2015, p. 38).

No *corpus* estudado, apenas dois sujeitos têm sua ocupação classificada como “Dona de casa, pai ou mãe”. Trata-se de um sujeito feminino e outro masculino, representando, respectivamente, 0,9 por cento do total de mulheres; e 2,3 por cento dos homens.

#### Questão 6- Função dos sujeitos noticiosos por gênero

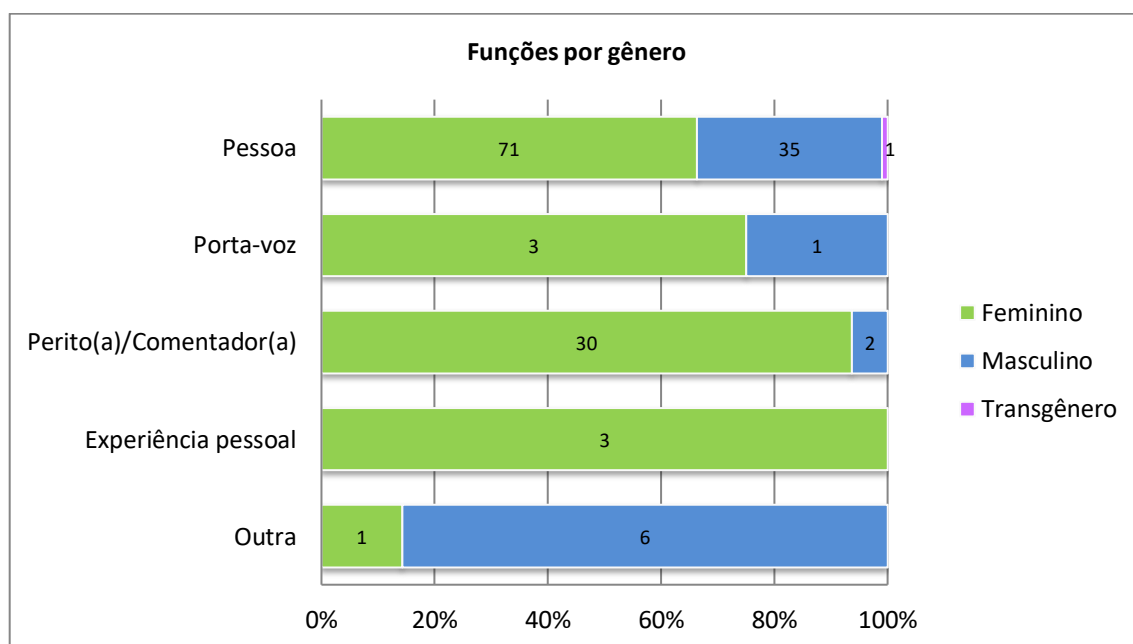


Gráfico 6: Função dos sujeitos noticiosos por gênero

A maior parte dos sujeitos noticiosos está classificada como “Pessoa”, sendo a reportagem sobre eles ou sobre algo que fizeram ou disseram. Dos tipos de funções, ou seja, os papéis que as pessoas desempenham nas notícias (ver Anexo III), a função que mais avança para preencher a lacuna de gênero parece ser a categoria de “Perito(a)/comentador(a)”, em que as mulheres se apresentam em número elevado (94%).

Nessa mesma linha de pensamento, em 2015, o GMMP havia elencado a categoria “Experiência pessoal” como o maior passo para fechar a brecha de gênero (*Global Report “Who Makes the News”, 2015*, p. 36). Tal categoria apresentou o maior número (38%), seguida de “Opinião popular” e “Testemunha” (com 37% e 30%, respectivamente).

No *corpus* estudado, foram poucas as mulheres entrevistadas com base na experiência individual. Entretanto, o fato de serem maioritariamente peritas e comentadoras pode significar uma maior qualificação técnica das mulheres enquanto vozes de autoridade: elas aparecem antes como fontes de informação adicional por portarem conhecimentos especializados, do que por prover opiniões baseadas em vivências pessoais.

Quanto aos sujeitos masculinos do *corpus*, destaca-se o fato de não haver nenhum homem com a função de prover opinião ou comentário baseado em sua experiência individual, assim como a baixa participação deles como porta-vozes e peritos/comentadores. Quando categorizado na hipótese “Outra” – o que equivale a 13,6 por cento do total de homens –, o sujeito é, geralmente, apenas objeto da ação da pessoa principal da reportagem; não se configurando como “Pessoa”, nem se encaixando nas demais hipóteses da variável Função.

No geral, a presença de discursos oficiais na revista é baixa: foram constatados apenas quatro casos de pessoas falando em nome de outros atores sociais, de grupos ou de organização. Também a “Opinião popular” não é destaque no *corpus*, pois foi nula a presença de pessoas que buscam refletir a opinião do “cidadão comum”. Essas

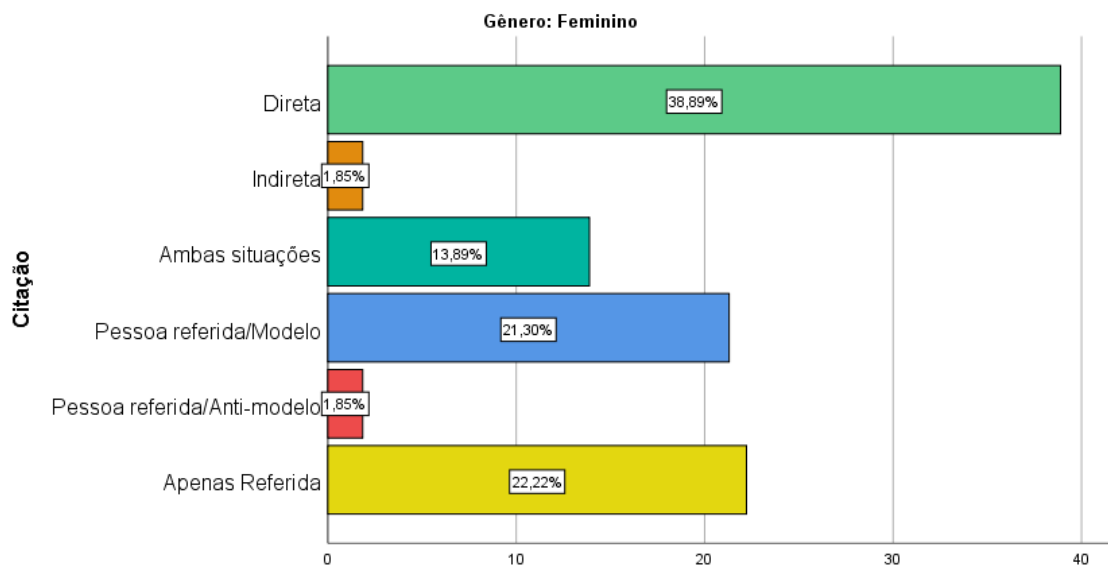
duas últimas características, somadas à grande presença de pessoas como peritas e comentadoras, demonstram que a revista busca uma discussão mais especializada das questões relacionadas ao gênero.

Além do mais, é evidente a prevalência da presença feminina tanto em relação à visibilidade, como já observado pela alta quantidade de mulheres retratadas na revista, quanto no que diz respeito à menção e voz. Elas não apenas são a maioria, mas também aparecem notavelmente como fontes qualificadas de notícias, o que demonstra a postura preferencial da revista por discursos proferidos por mulheres.

#### *Questão 7- Citação por gênero*

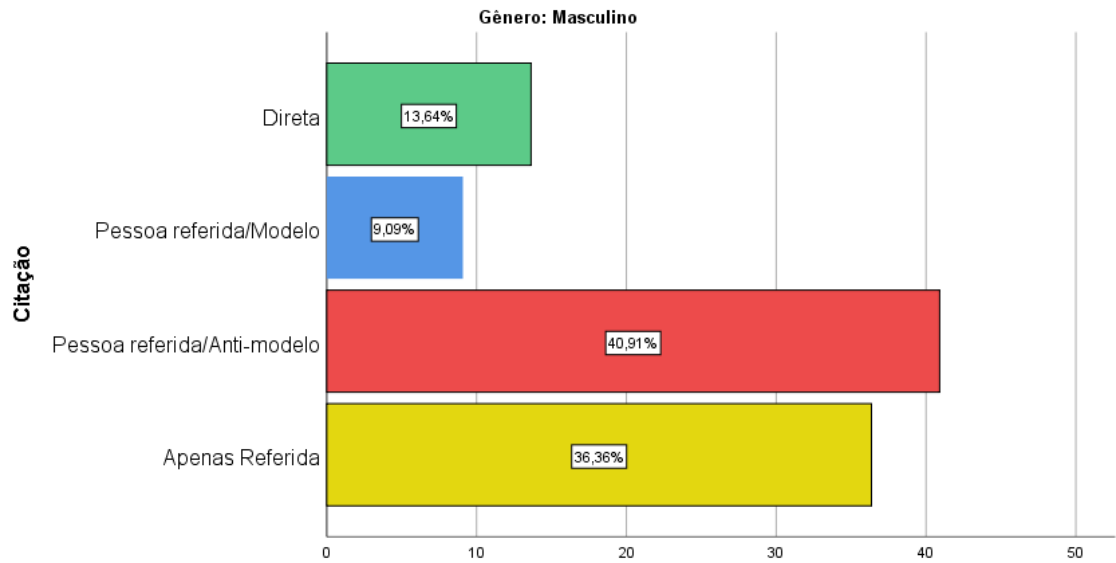
Além das formas “Direta”, “Indireta” e “Ambas situações”, para se diferenciar a maneira como o discurso dos sujeitos é colocado nas histórias, foi necessária a inclusão de mais três hipóteses, com o objetivo de abranger aqueles casos em que não são relatados discursos do sujeito noticioso, sendo este apenas referido na história. Nesses casos, é possível detectar, algumas vezes, a presença de sujeitos que funcionam como um argumento de “Modelo”, ou seja, pessoas apresentadas como “exemplo a seguir”; sendo que, em outras, os sujeitos são referidos no sentido inverso, ou seja, como “Anti-modelos”. Noutros casos, não é possível realizar uma diferenciação, ficando essa hipótese como “Apenas referida”.

Os gráficos a seguir estão separados em gênero feminino e masculino, a fim de que sejam percebidas melhor as especificidades de cada um:



**Gráfico 7: Citação das mulheres nas histórias**

Como características que se destacam no gráfico acima, pode perceber-se que as mulheres são citadas de forma direta em grande parte das vezes (53%, somando as hipóteses “Direta” e “Ambas situações”). As mulheres sem discursos relatados nas histórias totalizam 45,4 por cento do total de sujeitos femininos, resultado da soma das três últimas hipóteses. Mais de um quinto dos sujeitos femininos (21,3%) apresentam um argumento de “Modelo”, referindo-se geralmente a mulheres que protagonizaram ações pioneiras, denunciativas e de superação.



**Gráfico 8: Citação dos homens nas histórias**

No gráfico referente aos sujeitos masculinos, destaca-se a alta percentagem em que são pessoas apenas referidas nas histórias: mais de 86 por cento (resultado da soma das três últimas hipóteses). Outro fator interessante é a alta percentagem em que foram apresentados em um argumento de “Anti-modelo”: do total de pessoas classificadas como “exemplo que não deve ser seguido”, os homens correspondem a 90 por cento. Mais de 40 por cento dos sujeitos masculinos aparecem ancorados nesse argumento, visto tratar-se de praticantes de atos abusivos, violentos ou preconceituosos.

#### *Questão 8- Fotografias*

Do total de pessoas retratadas nas histórias, apenas 8,5 por cento são representadas por fotografias (13 casos), sendo que a distribuição por gênero ocorreu da seguinte forma:

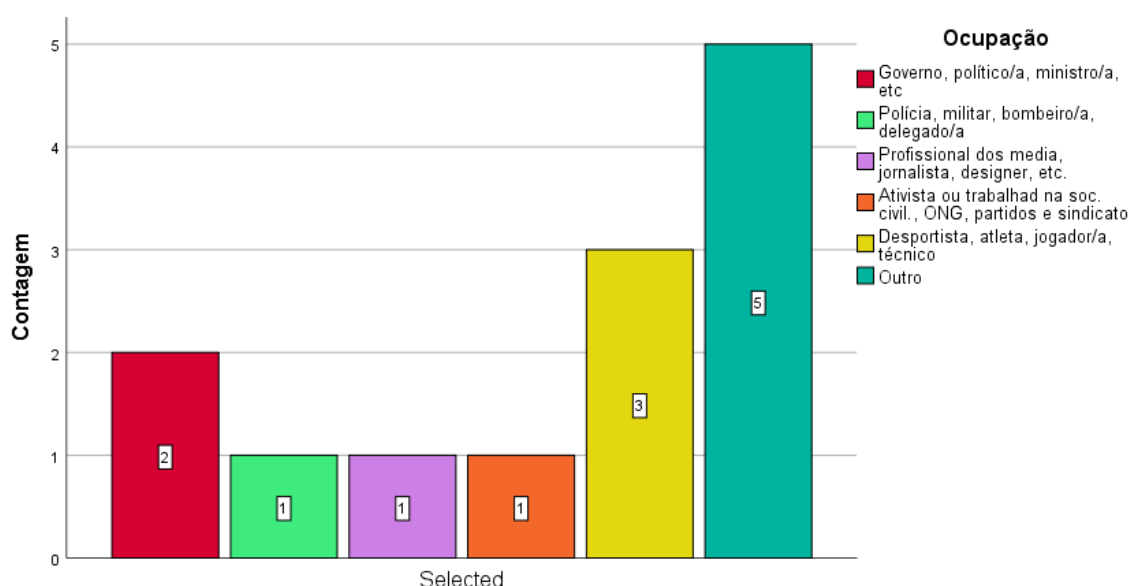
		Gênero			Total
		Feminino	Masculino	Outro	
<b>Fotografia?</b>	Sim	92,3%	0%	7,7%	100,0%
Frequência		12	0	1	13

**Tabela 1: Sujeitos com foto por gênero**

A percentagem nula de fotografias de pessoas do gênero masculino constatada aqui não significa a ausência total de imagens com homens. Eles estão presentes na revista, mas aparecem ou em fotos de grupo e de acontecimentos públicos, ou como personagens secundários. Assim, por não se tratar de fotografias dos sujeitos da reportagem, não foram integradas na análise quantitativa.

### 8.1- Sujeitos com foto x ocupações/cargos

Das 13 pessoas retratadas com fotos no *corpus* estudado, tem-se o seguinte panorama em relação à variável “ocupação/cargo”:



**Gráfico 9: Ocupação/cargo dos sujeitos com foto**

Em sua maioria, trata-se de pessoas empregadas e trabalhadoras. Isso se torna um ponto a ser destacado, na medida em que outros estudos detectaram uma tendência – que parece prevalecer no conteúdo dos meios de comunicação dominantes – à objetificação e à sexualização de mulheres. De acordo com a *Global Report “Who Makes the News”*, tal tendência se evidencia através da representação de mulheres em diferentes graus de nudez ou em poses de vítimas impotentes e sem esperança – em contraste com as fotos dos homens, que geralmente são retratados como figuras

estóicas, fortes e autoritárias (2015, p. 45). A categoria “Outro” corresponde a candidatas ou ex-ocupantes de cargos políticos (5 casos).

### 8.2 - *Sujeitos com foto x condição de vítima/sobrevivente*

Relacionando os sujeitos que apresentam fotografias com a condição de vítima/sobrevivente, tem-se:

		Sujeitos com foto
Vítima ou sobrevivente?	Sim	3
	Não	10
Total		13

**Tabela 2: Sujeito com foto x condição de vítima/sobrevivente**

Do total de 13 sujeitos retratados com fotos, as histórias apresentam apenas três fotografias de “Pessoa” retratada como vítima ou sobrevivente: duas de mulheres da política que foram sobreviventes de discriminação com base no gênero; e uma de transgênero que foi vítima de violência doméstica. Apenas no último caso, a pose da pessoa na imagem parece evocar a situação de vítima, por meio de um retrato de olhar triste, com a linha de visão no espectador. As duas mulheres-sobreviventes retratadas com fotos são ex-presidentas: uma retratada em ato de fala, com tom de seriedade; e a outra, sentada à mesa presidencial, a sorrir.

Mesmo sem a pretensão de uma análise completa das fotografias, algumas referências a respeito de “Expressões e Gestos” podem ser feitas, permitindo a qualificação dos modos como os sujeitos identificados aparecem e são caracterizados. Pode-se inferir que, na grande maioria dos casos, as mulheres são retratadas em ação (como atletas a competir, políticas a discursar) e em poses que transmitem confiança e expressam seriedade.

## O jornalismo de dados voltado à questão de gênero

Do total de histórias analisadas, 87 por cento (14 histórias) exibem pelo menos um grupo de informação em dados. Nesses casos, a forma de apresentação é variada, indo desde imagens estáticas com dados simples, até gráficos e mapas interativos com cruzamentos complexos.

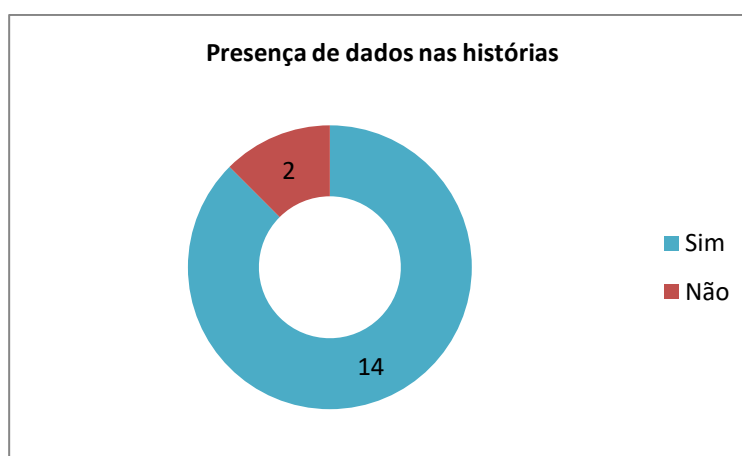


Gráfico 10: Presença de dados nas histórias

Como referido anteriormente, foi aplicada às histórias a matriz de classificação de Mancini & Vasconcelos (2016), que busca diferenciar jornalismo **com** dados do jornalismo **de** dados e, assim, verificar nuances entre as publicações no que se refere à qualidade do uso de dados na prática jornalística. Tal matriz (ver Anexo IV) foi construída levando-se em conta três dimensões, descritas a seguir por Mancini & Vasconcelos (2016, p. 76), relativas às competências esperadas de uma reportagem **de** dados:

- **Dimensão Investigativa:** consiste na habilidade de extração e/ou organização dos dados. Essa dimensão procura identificar se a reportagem contempla dados pelos quais a equipe de jornalistas foi responsável por extrair e estruturar o material bruto de alguma base e/ou foi responsável pela produção e organização do próprio dado.
- **Dimensão Interpretativa:** consiste na habilidade de argumentar a partir de dados. Nessa dimensão, busca-se identificar se existe um texto jornalístico analítico, ou seja, que procura não apenas apresentar o conteúdo da reportagem e o seu contexto, como, principalmente, se traz uma análise sobre as relações entre os dados de forma a indicar causas e/ou consequências do objeto da publicação.



- **Dimensão Comunicativa:** esta dimensão está vinculada à visualização dos dados. Nessa categoria, procura-se identificar se as publicações trazem algum tipo de visualização, como gráficos ou infográficos. Avalia-se a maneira como essa visualização é utilizada de modo a permitir que o conteúdo da reportagem seja aprimorado pela comunicação visual, não no sentido estético, ainda que desejável, mas no sentido de que essa comunicação promova/incentive a compreensão analítica da reportagem de dados.

Importante lembrar que as histórias pertencem a um conjunto de quatro edições da *Gênero e Número*. O primeiro ponto a ser observado diz respeito ao fato de que cada edição da revista traz uma seção chamada “Código-fonte”, contendo esclarecimentos sobre o trabalho de construção e organização da base de dados, como contextualizações, dificuldades da coleta, suportes tecnológicos utilizados etc. Nesse espaço, também estão dispostos os *links* das fontes pesquisadas, além de estar disponibilizada para *download*, em código aberto, toda a base bruta de dados (criada pela equipe ou pertencente a terceiros).

O conteúdo da seção “Código-fonte” evidencia que a proposta da revista, de fato, é investir na dimensão investigativa. Considerando que a extração e a estruturação de dados parecem ser o próprio fundamento de cada edição e o fio condutor do projeto editorial da revista, verifica-se que grande parte das reportagens explora os resultados, as análises e os cruzamentos advindos da inédita estrutura de dados organizada pela equipe. Na matriz de Mancini & Vasconcelos (2016), a dimensão investigativa tem peso determinante na classificação de uma reportagem que faz jus ao Jornalismo de Dados.

*Questão 1- Níveis de Jornalismo de Dados das histórias*

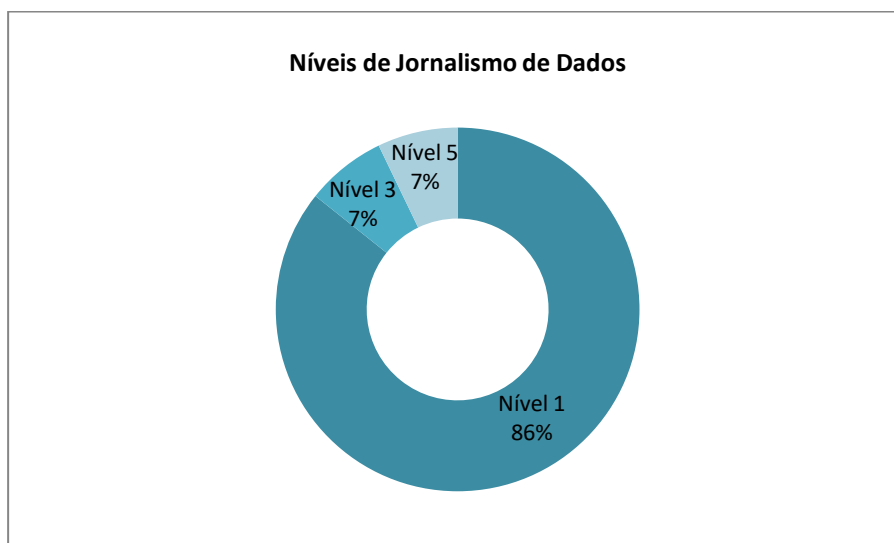


Gráfico 11: Níveis de Jornalismo de Dados das histórias

Das 14 histórias que exibem pelo menos um conjunto de dados, 12 (86%) estão no mais alto nível classificatório da matriz (nível 1), reunindo não só competências investigativas, mas também comunicativas e interpretativas. A maioria dos grupos de dados é apresentada de forma interativa (dimensão comunicativa), com presença de textos analíticos que relacionam e contextualizam, de maneira direta, os dados ao tema-objeto da reportagem (dimensão interpretativa). O anexo V traz um exemplo de história com Jornalismo de Dados nível 1 (ver página 98).

Embora algumas vezes, no quesito visual, os dados sejam mostrados através de recursos gráficos estáticos e sem interação, a competência comunicativa não deve ser desvalorizada, pois o mais importante é o modo como os dados são exibidos e como isso promove a compreensão analítica dos mesmos. E, para isso se concretizar, nem sempre são necessárias infografias complexas.

Uma história (7% do total) foi classificada no nível intermediário – entre jornalismo **com** e **de** dados (nível 3) –, apresentando grupo de informação produzido com dados de outra instituição (dimensão investigativa deficiente, pois não cria uma estrutura própria de dados). O grupo de dados foi apresentado em uma opção gráfica que visa facilitar a compreensão do conteúdo, além de estar acompanhado de texto explicativo (dimensões comunicativa e interpretativa são contempladas).

Apenas uma história (7% restantes) foi enquadrada no nível 5, configurando uma reportagem jornalística **com** dados. Nessa categoria, estão reportagens que citam dados, mas que não os exploram contextual ou visualmente. A falta de uma análise mais detalhada, que especule causas, relações e/ou consequências, reduz a dimensão comunicativa a um fator visual meramente ilustrativo, além de transferir ao leitor a tarefa de cruzar informações entre os dados e o contexto da reportagem. Ou seja, os dados nitidamente são utilizados de forma tangencial. O exemplo de história com JD nível 5 pode ser visualizado ao final deste trabalho, no anexo VI, página 100.

### *Questão 2- Grupos de dados por edição*

Cada uma das 14 histórias pode conter mais de um grupo de dados. No total, contabilizaram-se 32 grupos de dados, com a distribuição por edição da seguinte forma:



**Gráfico 12: Porcentagem de grupo de dados por edição**

O tema “Mulheres na política” corresponde a quase 60 por cento (59,5%) da produção total de Jornalismo de Dados do *corpus*, equivalendo a 19 grupos de dados; enquanto as edições temáticas sobre esporte e violência equivalem, respectivamente, a quatro e a nove grupos de dados por edição.

Mesmo sem pretender uma análise exaustiva do conteúdo dos dados, pode-se observar que, dos 32 grupos de dados presente no *corpus*, 13 grupos de informação apresentavam dados de forma a fazer a diferenciação “homens *versus* mulheres”; e oito traziam dados relacionados exclusivamente ao gênero feminino, cruzados com variáveis de país, estado, cidade, partido, por exemplo. Considera-se inevitável a presença da abordagem contrastante “homem *versus* mulher”, visto que a proposta da revista é justamente abordar as desigualdades entre os gêneros na sociedade brasileira.

Em relação ao aprofundamento segmentário do gênero feminino, é necessário recordar que, conforme o sujeito do feminismo apresentado no capítulo 1, a categoria “mulheres” não deve ser vista como coerente e globalizante; então, seria necessário haver uma maior diversificação demográfica dessa população, através de cruzamentos com outros marcadores identitários, a fim de explorar diferenças internas à própria categoria feminina.

\*\*\*

De maneira geral, pode-se concluir que as questões relacionadas às desigualdades de gênero abordadas na revista são enriquecidas pela qualidade do uso jornalístico dos dados observados no *corpus*. Além da excelência investigativa, a revista apresenta recursos gráficos e análises interpretativas que visam qualificar a compreensão analítica das questões.

Quanto ao aumento da pluralidade de representações das figuras femininas e à exploração de diferenças internas que a própria categoria pode demonstrar, a revista pode investir em uma maior diversidade estatística de mulheres enquanto grupo demográfico, com uma estruturação de dados que também passe a considerar outros marcadores identitários.

No *corpus* estudado, há poucos casos em que a revista traz referências a outros marcadores. Entretanto, não se pode concluir que essa carência seja por um lapso da revista ou pela falta de indicadores nas bases originais de dados que possibilitem a análise de variáveis relacionadas a isso. A revista cita, excepcionalmente, a questão da cor da pele em algumas histórias, como nas exemplificadas no anexo VII (ver página

101). Nesses exemplos, pode-se notar a articulação dos marcadores identitários “sexo” e “cor da pele”, na tentativa de aprofundar questões mais específicas de gênero no cenário político brasileiro.

Sendo sua principal proposta centrar-se nas desigualdades entre homens e mulheres, a revista *Gênero e Número* acaba por ter como foco maior a diferença sexual. O marcador identitário “sexo”, portanto, é sempre o ponto de partida de suas discussões e, grande parte das vezes, o único caminho percorrido.

Analisar as desigualdades entre os gêneros sob a perspectiva das diferenças sexuais não desqualifica o debate proposto pela revista, como veremos no capítulo conclusivo. No contexto deste trabalho, entretanto, buscamos entender a constituição identitária do ser “homem” e do ser “mulher” como algo que se realiza discursivamente por vários componentes, sem pressupor esses sujeitos como categorias fixas. Dentro do modelo de análise que supõe o gênero como um conceito multi-identitário, a revista apresenta pouco avanço. Soma-se a isso, o fato de que, no *corpus* analisado, há pouca referência a figuras que fogem ao binarismo tradicional, como os transgêneros.



## **CONCLUSÃO**





## Conclusão

Dentro da diversidade em que o jornalismo alternativo pode se apresentar, a observação empírica do objeto de estudo permitiu examinar uma visão diferenciada de prática jornalística. Pode-se notar um esforço para responder criticamente às concepções dominantes do jornalismo, característica esta que é enfatizada por Atton & Hamilton (2008) para descrever o que é JA. No caso estudado, o esforço foi observado através de práticas alternativas às convenções de representação e de fontes de notícia. A motivação em tratar, especificamente, o tema da desigualdade entre homens e mulheres também pode ser considerado um traço de jornalismo alternativo, pois demonstra uma insatisfação com a cobertura *mainstream* sobre o assunto.

O primeiro grande destaque em relação à abordagem de gênero da revista é a prevalência de mulheres como sujeitos noticiosos, as quais aparecem como personagens das histórias ou fontes informativas. Este fato constitui-se em uma diferença em relação ao jornalismo *mainstream*, no qual a visibilidade das mulheres nas notícias é baixa. A segunda diferença diz respeito à voz e à menção dos sujeitos femininos: o objeto de estudo busca atenuar a situação marginal das mulheres nos discursos, visto que suas considerações são citadas de forma direta quatro vezes mais do que as considerações feitas por homens.

Também é notável a valorização da função “perita/comentadora”, o que demonstra uma maior qualificação técnica das mulheres enquanto fontes de notícia, assim como a busca por uma discussão mais especializada das questões de gênero. Outro aspecto a ser observado é que a identificação das mulheres priorizou mais as posições profissionais das mesmas; e menos a idade e a relação familiar. Essas características fogem da sub-representação e da estereotipação *mainstream* das mulheres, que geralmente estão centradas em papéis sexuais ou tradicionais (de mãe e de esposa).

No *corpus* estudado, os sujeitos noticiosos apenas referidos (sem citação nas histórias), foram analisados em relação aos argumentos de “modelo” e “anti-modelo”. Nessa questão, a representação entre os gêneros atinge panorama um tanto enérgico: não só a maioria dos sujeitos apontados como “modelo” são mulheres; mas também o

argumento “anti-modelo” é ocupado, majoritariamente, por homens. Isso se deve a postura adotada pela revista que reverencia ações pioneiras, denunciativas e de superação realizadas por mulheres, enquanto condena atitudes abusivas, violentas ou preconceituosas protagonizadas por homens. Como a revista é um meio jornalístico assumidamente feminista, tal abordagem é entendida. Mesmo que essas situações estejam contextualizadas nas reportagens, atenta-se para o risco da revista criar, discursivamente, uma generalização errônea, de base essencialista, entre os gêneros.

Ainda que analisada de forma incipiente, a representação fotográfica dos sujeitos femininos apresenta traços diferenciais, de forma a evitar a objetificação e a sexualização de mulheres, representando-as, na grande maioria dos casos, como sujeitos em ação e em poses que expressam confiança e seriedade.

A noção de performatividade de Judith Butler, usada para alicerçar epistemologicamente a identidade do sujeito do feminismo neste trabalho, propõe a retirada de qualquer base estável em que o gênero possa estar assentado, entendendo-o como um *efeito*, como algo que é *performativamente* constituído por “expressões” e atos repetidos. Por entender que o “ser mulher” é constituído discursivamente, os parâmetros observados contribuem para a construção da identidade social de quem aparece e fala nos textos da *Gênero e Número*. Pelo que foi observado aqui, a revista investe pontualmente em representações que visam fugir das construções hegemônicas do ser “mulher” que são naturalizadas pela mídia generalista.

\*\*\*

Em relação à incorporação das novas competências do Jornalismo de Dados no campo jornalístico, a revista apresenta uma exploração aprofundada das técnicas de uso de dados: 86 por cento das histórias que exibem pelo menos um conjunto de dados estão no mais alto nível classificatório de JD. Tal análise foi possível mediante aplicação da matriz classificatória de Mancini & Vasconcelos (2016) que, buscando diferenciar jornalismo **com** dados do jornalismo **de** dados, leva em conta características relacionadas às competências investigativas, comunicativas e interpretativas das reportagens com dados.

No objeto empírico, a rotina de produção de notícias é alterada pelo investimento na dimensão investigativa, o que leva a extração e a estruturação de dados a serem fios condutores de cada edição da revista. Tal fundamento possibilita novas formas de construção de conteúdo, onde a comunicação gráfica dos dados geralmente aparece associada a um exame analítico em prol da compreensão das reportagens, na tentativa de explicar as desigualdades entre gêneros em termos circunstanciais por meio de dados, fatos e números, e também buscando a compreensão – a nível estrutural – desses problemas sociais.

Sobre o conteúdo dos grupos de dados, nota-se – em grande peso (40%) – uma abordagem que explora a diferenciação “homens *versus* mulheres”, e, em segundo grau (25%), abordagens que exploram – exclusivamente – o segmento feminino. Neste último aspecto, levando-se em conta de que a categoria “mulheres” não deve ser percebida como coerente e globalizante, a revista poderia investigar mais a fundo as diferenças internas deste segmento, principalmente através da maior diversificação demográfica e estatística da sua população feminina.

Ao investir numa estruturação de dados que também considere outros marcadores identitários para além do sexo, a revista estaria contribuindo para o aumento da pluralidade de representações dos sujeitos femininos. Reconhecemos, entretanto, que tal ação, poderia depender de base de dados que sustentassem a exploração de variáveis correspondentes a esses marcadores, visto que a revista se utiliza de bases de outras organizações que, por vezes, possuem suas próprias limitações. O fato de serem pouco explorados, portanto, pode não estar diretamente associado a um desinteresse por parte da revista. Para saber mais detalhes sobre isso, seria necessário outro estudo que explorasse mais especificamente o procedimento de produção jornalística de dados que é feito pela revista, incluindo a investigação das etapas de coleta, organização, explanação e generalização de dados e pesquisas na qual se baseia.

A aplicação da matriz de classificação do Jornalismo de Dados permite perceber que a revista cria abordagens inovadoras para a narrativa jornalística sobre temas relacionados ao gênero. Uma questão destaque aqui é o fato de incluir, no seu

discurso midiático, o reconhecimento do gênero como uma categoria de formação identitária que pode ser causa de desigualdades. A revista busca comprovar isso ao apresentar um conteúdo fundamentado com dados que, para além do jornalismo declaratório, permite a verificação de fatos de forma mais rigorosa. Ao abordar a medida afirmativa que estabelece que 30 por cento das vagas de candidaturas sejam preenchidas por mulheres, por exemplo, a revista apresenta dados no sentido de mostrar que o que está garantido por lei não é o suficiente para promover um cenário de representatividade feminina satisfatório, já que grande parte das candidatas não é eleita.

\*\*\*

Por meio das características observadas na análise do *corpus*, pode-se concluir que a revista avança em relação a problemas de representação feminina encontrados na mídia *mainstream*, apresentando modos mais equitativos de representação das mulheres. No recorte observado neste trabalho, entretanto, a revista ainda não aborda o gênero de uma perspectiva pós-estruturalista, focando-se em demasia na diferença sexual. Consequentemente, mesmo que exista uma abordagem diferenciada do gênero feminino, vê-se a manutenção de categorias essencialistas dos sujeitos. Temos antes o gênero fundando-se a partir do sexo, do que apresentado como uma interseção discursiva de vários componentes.

A operacionalização metodológica, entretanto, voltada para dados mais explícitos do que latentes das histórias, não contempla satisfatoriamente outros aspectos de formação discursiva do gênero. Nesse quesito, a própria análise de conteúdo possui consideráveis limitações para a compreensão do gênero como estrutura linguística. Para uma análise mais profunda sobre a significação e a ressignificação dos sujeitos, seriam necessárias outras abordagens metodológicas, como, por exemplo, a análise de discurso.

Como salientado, este trabalho não pretendeu investigar exaustivamente a forma pelas quais as mulheres são representadas, mas sim se preocupou em perceber alguns padrões em relação à presença feminina neste meio alternativo, o que, aí sim, foi contemplado pela perspectiva quantitativa adotada, principalmente por permitir a

percepção de quadros repetitivos de representação das mulheres na revista. Isso também se configura como elemento formador da categoria feminina, visto que é através da repetição que se dá a forma ritualizada de legitimação do gênero. Ao destacar os atributos profissionais das mulheres, por exemplo, – que se constituem em marcadores identitários –, a revista, ao longo do seu discurso, constrói um “ser mulher” diferente daquele que se ancora em suas posições relacionadas à família, cujos papéis são bem restritos e naturalizados.

A autenticidade do conteúdo produzido pela revista, principalmente por todo seu material de JD, adquire relevância no contexto do jornalismo brasileiro: segundo o Relatório de Atividades (2016), no período estudado, a revista teve oito citações em veículos da grande mídia; vinte e sete em veículos de mídia independente e nativos digitais; além de ter conteúdo republicado vinte e duas vezes, por veículos de ambas as categorias. Todo o conteúdo disponibilizado na plataforma *Gênero e Número* está sob licença *Creative Commons CC-BY*, significando que a revista é totalmente a favor do uso e da republicação do seu material, desde que o crédito seja atribuído.

Tanto pelo trabalho com dados centrados em desigualdades entre homens e mulheres, quanto pela maior visibilidade e menção de mulheres no seu conteúdo, o objeto empírico busca constituir-se como um meio de comunicação disposto a contrapor algumas concepções dominantes do jornalismo *mainstream*. Ao produzir um “conteúdo de oposição”, que fornece alternativas às perspectivas heterônomas dominantes sobre o “ser mulher”, a revista está contribuindo para a ampliação das esferas discursivas no contexto brasileiro, ao constituir-se como um espaço qualificado de debates das questões feministas.

A repercussão dos conteúdos produzidos pela revista, principalmente quando alcança a mídia *mainstream*, torna-se importante pois coloca o tema da desigualdade entre gêneros na agenda dos assuntos públicos, colaborando para que essas questões sejam debatidas entre um maior número de pessoas. Posteriores investigações que envolvessem a hipótese da agenda-setting, nesse sentido, seriam interessantes para perceber os efeitos da relação entre a revista e sua influência na agenda pública; ou mesmo a dinâmica do agendamento intermediático e suas consequências.

Além do mais, a revista torna possíveis impulsos contra-hegemônicos de resistência, ao colaborar na constituição de uma arena discursiva paralela, como um *subaltern counterpublics* – relembrando o conceito de Nancy Fraser –, trabalhando na veiculação de mensagens que atuam na formação de opinião e alimentam a luta por significado. Essa arena subalterna constrói discursivamente um modo alternativo do gênero feminino que, mesmo com as limitações já referidas em termos de marcadores identitários, é diferente daquele constituído no discurso noticioso *mainstream*.

A visibilidade pública da revista demonstra uma capacidade de influenciar os públicos “fortes” dado que revela alguma competência em agendar os meios de comunicação generalistas. Nesse sentido, as mulheres – que constituem aqui um público fraco – contribuem para alterar o fluxo informativo predominante da esfera pública (dos sistemas governativos para os cidadãos), significando que a agenda da comunicação pública se alarga. A inclusão de temas, de problemas, de necessidades e de reivindicações que estavam “fora” dos discursos oficiais é um ganho significativo de credibilidade para as demandas feministas, pois torna mais visíveis as desigualdades que importa corrigir e acaba por criar alguma capacidade de influência na formação da opinião do público em geral.

\*\*\*

Uma importante limitação desta dissertação é consequência direta da estratégia de pesquisa que foi utilizada: o estudo de caso. Dessa forma, as conclusões e as observações apresentadas representam apenas a realidade do *corpus* de análise, o que limita sua amplitude, mas não a validade dos resultados. Nesse sentido, o que foi aqui observado não deve ser tomado como generalizante para qualquer outro meio alternativo que aborde temas relacionados ao gênero.

Até mesmo o desenho da amostra, realizado por conveniência, faz com que as inferências – em relação à representação das figuras femininas e à qualidade do jornalismo de dados – estejam limitadas à primeira fase da revista. Como fato positivo, destaca-se a possibilidade de realização de outros estudos, direcionados a fases mais atuais da revista, que possam apontar possíveis avanços e mudanças na representação

de gênero, principalmente no sentido de contemplar a condição multi-identitária dos sujeitos, característica essencial da perspectiva pós-estruturalista.

Por fim, salienta-se que os estudos feministas da comunicação compõem uma área fértil de investigação, sendo esta uma singela contribuição para se pensar abordagens jornalísticas diferenciadas das questões de gênero, em prol de uma maior e melhor participação discursiva das mulheres no espaço público.





**BIBLIOGRAFIA**



## Bibliografia

Atton, C. (2003). What is “alternative” journalism? *Journalism*, 4(3), 267-272. Doi: 10.1177/14648849030043001.

Atton, C. & Hamilton, J. (2008). *Alternative Journalism*. Londres: SAGE Publications Ltd.

Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (Trad. V. Ribeiro). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990).

Carvalho, G. (2014). Jornalismo Alternativo na Era Digital: Análise de reportagens da Agência Pública. *Revista AlterJor*, 2 (10), 126-142. Retirado de <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88327>. Acesso a 27/10/2018.

Carter, C. (2012). Sex/Gender and the Media: From sex roles to social construction and beyond. In: Karen Ross (ed.). *The Handbook of Sex Gender and Media* (365-382), West Sussex: Wiley-Blackwell.

Esteves, J. P. (2008). Comunicação, Media e identidade: Sobre políticas de reconhecimento, novas identidades e movimentos sociais. In: João Pissara Esteves (Org.), *Comunicação e Identidades Sociais* (13-81), Lisboa: Livros Horizontes.

Forde, S. (2015). Politics, Participation and the people: Alternative journalism around the world. In: Chris Atton (ed.), *The Routledge Companion to Alternative and Community Media* (291-300), Nova York: Routledge.

Franco, M. L. (2012). *Análise de Conteúdo: série pesquisa v. 6*. Brasília: Liber Livro.

Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, 25 (26), 56-80. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/466240>. Acesso a 27/10/2018.

Fuchs, C. (2010). Alternative Media as Critical Media. *European Journal of Social Theory*, 13 (2), 173-192. Retirado de <http://fuchs.uti.at/wp-content/uploads/altmedia.pdf>. Acesso a 27/10/2018.

Gallagher, M. (1995). O Imperialismo de batom e a nova ordem mundial: as mulheres e os media no final do século XX. In Maria João Silveirinha (2004), *Os Media e as Mulheres*. Lisboa: Livros Horizonte.

Gallego, J. (2009). Gênero e Representação Pública: Realidades e Desejos. *Media & Jornalismo*, 8 (15), 43-53.

Global Report “Who Makes the News” (2015). *Global Media Monitoring Project*. Retirado de [http://cdn.agilitycms.com/who-makes-the-news/Imported/reports\\_2015/global/gmmp\\_global\\_report\\_en.pdf](http://cdn.agilitycms.com/who-makes-the-news/Imported/reports_2015/global/gmmp_global_report_en.pdf). Acesso a 27/10/2018.

Graça, R. (2016). Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos. *Perspectiva Filosófica*, 43 (1), 21-38. Retirado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/230291/0>. Acesso a 27/10/2018.

Gray, J. & Bounegru, L. & Chambers, L. (Eds) (2011). Manual de Jornalismo de Dados. European Journalism Center & Open Knowledge Foundation. Retirado de <http://datajournalismhandbook.org/pt/index.html>. Acesso a 27/10/2018.

Janeira, A. L. (1972). A técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais: natureza e aplicações. *Análise Social*, IX (34): 370-399.

Julio, K. B. (2016, julho). Gênero é tema de nova plataforma de dados. *Meio & Mensagem*. Retirado de <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/07/19/genero-e-tema-de-nova-plataforma-de-jornalismo-de-dados.html>. Acesso a 27/10/2018.

Lauretis, T. de. (1994). A tecnologia do gênero. In: Heloisa Buarque de Hollanda (org.), *Tendências e Impasses: O Feminismo como crítica da cultura* (206-242), Rio de Janeiro: Rocco.

Leslie, D. (2016, abril). Data journalism is changing the balance of power. Retirado de <https://medium.com/@danleslie/data-journalism-is-changing-the-balance-of-power-panamapapers-5dff3eb18b8#.4v104a9f7>. Acesso a 14/3/2018.

Mancini, L. & Vasconcelos, F. (2016). Jornalismo de Dados: conceitos e categorias. *Revista Fronteiras*, 18 (1), 69-82. Doi: 10.4013/fem.2016.181.07

Mariano, S. A. (2005a). Igualdade e diferença nas teorias feministas. In: Simpósio Nacional de História, Londrina, Brasil. Retirado de <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1547.pdf>. Acesso a 27/10/2018.

Mariano, S. A. (2005b). O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, 13 (3), 483-505. Doi:10.1590/S0104-026X2005000300002. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a02v13n3.pdf>. Acesso a 27/10/2018.

Martinho, A. P. (2014). Jornalismo de dados: caracterização e fluxos de trabalho. *Exedra*, 9, 64-73. Retirado de <http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2015/04/n9-B3.pdf>. Acesso a 27/10/2018.

Mazotte, N. (2016, dezembro). As novas fronteiras do jornalismo de dados no Brasil. Retirado de <https://jornalismoembrasilem2017.com/as-novas-fronteiras-do-jornalismo-de-dados-no-brasil-cddeede4fb8d>. Acesso a 20/9/2018.

Meyer, P. (1991). *The New Precision journalism*. Retirado de <http://www.unc.edu/~pmeyer/book/>. Acesso a 27/10/2018.

Mouffe, C. (1999). Feminismo, cidadania e política democrática radical. In Marta Lamas (org.), *Debate Feminista: cidadania e feminismo* (pp. 29-47). São Paulo: Melhoramentos.

Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11 (3), 647-654.

Doi:10.1590/S1413-73722006000300021. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>. Acesso a 27/10/2018.

Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8 (2), p. 9-41. Retirado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso a 27/10/2018.

Nigro, R. (2012). Foucault e a crítica feminista pós-estruturalista. *O que nos faz pensar*, 21 (31), p. 45-60. Retirado de <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/361>. Acesso a 27/10/2018.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Relatório de atividades (2016). *Revista Gênero e número*. Disponível em <http://www.generonumero.media/wp-content/uploads/2017/02/GN-relatorio-2016.pdf>. Acesso a 27/10/2018.

Salih, S. (2012). *Judith Butler e a Teoria Queer* (NTrad. G. L. Louro). Belo Horizonte: Autêntica Editora (Original publicado em 2002).

Savietto, D. (2015). *Mulheres e Mídia Global: Uma análise internacional da perspectiva das mulheres sobre suas representações midiáticas*. Tese de Mestrado não publicada apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2), p. 71-99.

Silveirinha, M. J. (2004). Introdução. In Maria João Silveirinha, *Os Media e as Mulheres*. Lisboa: Livros Horizonte.

Silveirinha, M. J. (2005). Democracia e reconhecimento: Repensar o espaço público. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 36, 213-231.

Silveirinha, M. J. (2008). A Representação das Mulheres nos Media: dos Estereótipos e “Imagens de Mulher” ao “Feminino” no Circuito da Cultura. In João Pissara Esteves (org.), *Comunicação e Identidades Sociais* (103-130), Lisboa: Livros Horizontes.

Silveirinha, M. J. (2009). De como tanto mudou e como tanto ficou na mesma. *Media & Jornalismo*, 8 (15), 7-11.

Silveirinha, M. J. (2010). Esferas públicas, media e acção feminista. In Maria João Silveirinha, Ana Teresa Peixinho e Clara Almeida Santos (ed.), *Género e Culturas Mediáticas* (55-73). Retirado de <http://www.fcsh.unl.pt/dcc/medialab/?etexto=genero-e-culturas-mediaticas>. Acesso a 27/10/2018.

Silveirinha, M. J. (2012). Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os *media* – ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação. *Revista ex aequo*, 25, 91-114.

Toledo, J. R. (2014). “Pirando” nos dados. In Dantas, H., Toledo, J. R. & Teixeira, M. A. C. *Análise política & jornalismo de dados: ensaios a partir do Basômetro* (7-10), Rio de Janeiro: Editora FGV.

Tuchman, G. (2009). Media, gênero, nichos. *Media & Jornalismo*, 8 (15), 15-24.

Who makes the news? (s.d.). *Global Media Monitoring Project*. Retirado de <http://whomakesthenews.org>. Acesso a 27/10/2018.





**ANEXOS**



Anexo I – Quadro do *Corpus* detalhado:

Data de Publicação	Título
9/8/2016	Por que não há mulheres na canoa olímpica?
9/8/2016	A maratona olímpica pela equidade de gênero
9/8/2016	Mulheres recebem menos na maioria dos esportes
8/8/2016	No quadro de medalhas, latino-americanas crescem e aparecem
16/9/2016	Cotas aumentam candidaturas, mas ainda não alavancam número de eleitas
5/10/2016	Com vitórias marcantes na vereança, mulheres seguem sub-representadas após primeiro turno
20/9/2016	Cidades onde mulheres são maioria na Câmara não refletem emancipação feminina na política
20/9/2016	Legislativo é o mais desigual dos três poderes em representação feminina
20/9/2016	Deputadas levam ao Congresso 1/3 das propostas que avançam em direitos das mulheres
15/9/2016	Processo de impeachment escancara nas redes e no Congresso violência política contra a mulher
27/10/2016	Partidos recorrem a candidatas “fantasmas” para preencher cota de 30% para mulheres
27/10/2016	Em 2017, maioria das capitais terá esvaziamento de vereadoras
25/11/2016	A proteção da lei pode não ser o bastante
25/11/2016	Em relatos por telefone, violências física, psicológica e moral somam mais de 80% dos casos em anos recentes
25/11/2016	Quando não mata, violência doméstica deixa marcas e dura batalha judicial para as mulheres
25/11/2016	A era Maria da Penha em 5 dados contextualizados

## Anexo II – Quadro descritivo da variável “Ocupação/Cargos”:

<b>0</b> Não é dito	<b>14</b> Agricultura, minas, pesca, floresta
<b>1</b> Realeza, monarca, etc.	<b>15</b> Figura religiosa, padre, monge, pastor, freira
<b>2</b> Governo, político/a, ministro/a, porta-voz...	<b>16</b> Ativista ou trabalhador na soc. civil., ONG, partidos e
<b>3</b> Funcionário público, etc.	<b>17</b> Trabalhador/a do sexo
<b>4</b> Polícia, militar, bombeiro/a, delegado/a	<b>18</b> Celebridade, artista, ator/a, escrit, cantor/a, pessoa
<b>5</b> Perito/a da academia, professor/a, pesquisador/a	<b>19</b> Desportista, atleta, jogador/a, técnico
<b>6</b> Médico/a, dentista, especialista de saúde	<b>20</b> Estudante, aluno/a, criança de escola
<b>7</b> Assistente de saúde, assistente social, ama	<b>21</b> Dona de casa, pai ou mãe <b>apenas se não for indicada outra</b>
<b>8</b> Profissional Ciência/tecnologia, engenheiro/a, etc.	<b>22</b> Criança, jovem <b>não é dada outra ocupação</b>
<b>9</b> Profissional dos media, jornalista, designer, etc.	<b>23</b> Aldeão/o ou residente <b>não é dada outra ocupação</b>
<b>10</b> Advogado/a, juiz, magistrado/a, promotora/a.	<b>24</b> Reformado/a, pensionista <b>não é dada outra</b>
<b>11</b> Pessoa de negócios, executivo/a, gestor/a, ...	<b>25</b> Criminoso/a, suspeito/a <b>não é dada outra ocupação</b>
<b>12</b> Empregado escritório ou serviços, não-gestor/a	<b>26</b> Desempregado/a <b>não é dada outra ocupação</b>
<b>13</b> Negociante, artista, condutor, etc.	<b>27</b> Outra <b>só como ultimo recurso &amp; explicar</b>

Fonte: Metodologia do Global Media Monitoring Project

## Anexo III – Explicações das hipóteses da variável “Função”:

<b>Não se sabe</b>	A função da pessoa não está clara.
<b>Pessoa</b>	A história é sobre esta pessoa ou sobre algo que esta pessoa fez, disse, etc.
<b>Porta-voz</b>	A pessoa representa ou fala em nome de outra pessoa, de um grupo ou uma organização.
<b>Perito/a ou comentador/a</b>	A pessoa provém informação adicional, opiniões ou comentários, baseada no seu conhecimento como especialista ou experta.
<b>Experiência pessoal</b>	A pessoa provém uma opinião ou comentário, baseada na sua experiência pessoal ou individual; a opinião não necessariamente tem a intenção de refletir o ponto de vista de um grupo mais amplo.
<b>Testemunha</b>	A pessoa dá testemunho ou comenta algo, baseada na observação direta (por exemplo, porque esteve presente em um evento).
<b>Opinião Popular</b>	A opinião da pessoa é tomada para refletir a do "cidadão comum" (por exemplo, em uma entrevista na rua, vox populi etc); está implícito que o ponto de vista da pessoa é compartilhado por um grupo mais amplo de pessoas.
<b>Outra</b>	Usar como último recurso – especificar nos 'comentários'.

Fonte: Metodologia do Global Media Monitoring Project

## Anexo IV - Matriz de classificação do Jornalismo de Dados:

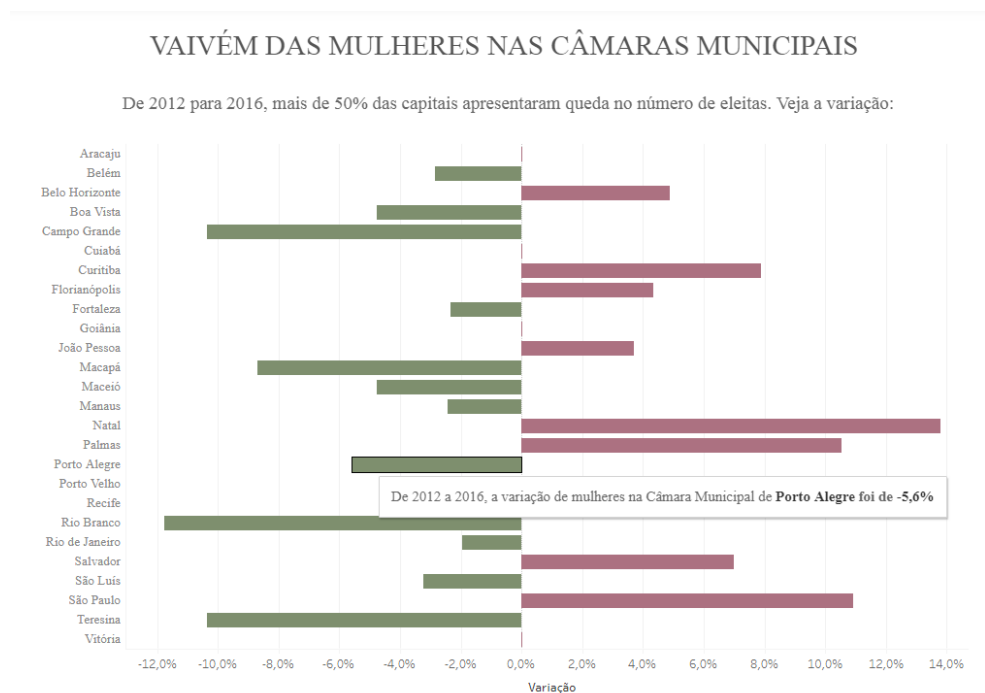
Dimensões		Investigativa		Comunicativa	Interpretativa
<b>Categorias x Níveis de JD</b>		Cria uma base própria de dados, extraídos ou compilados de várias fontes	Apresenta uma estrutura de base, criando variáveis próprias	Possui recursos gráficos que promovam a compreensão analítica*	Apresenta texto jornalístico analítico
Jornalismo com dados de dados	Nível 1	✓	✓	✓	✓
	Nível 2	✓	✓	✓	
	Nível 3			✓	✓
	Nível 4			✓	
	Nível 5				

Fonte: Mancini & Vasconcelos (2016, p.77)

## Anexo V – Exemplo de História com Jornalismo de Dados nível 1

A reportagem “Em 2017, a maioria das capitais terá esvaziamento de vereadoras”, publicada no dia 27 de outubro de 2016, é um exemplo de matéria classificada no nível 1. Para sua elaboração, a equipe reuniu dados da presença feminina nas câmaras municipais das 26 capitais brasileiras e cruzou com o resultado das duas últimas eleições, de forma a criar uma variação (positiva ou negativa), que

representa o aumento ou a diminuição da quantidade de mulheres eleitas para tais cargos. Segundo o que é apresentado na história, a fonte dos dados foi o Tribunal Superior Eleitoral, mas a revista trabalhou na estruturação de uma variável própria, demonstrando o empenho investigativo da equipe. As informações foram organizadas no gráfico interativo apresentado a seguir:



**Imagem 1: Apresentação de dados em reportagem com JD nível 1**

O texto da reportagem aborda características referentes às variações da representatividade feminina que foram significadas após trabalho jornalístico dos dados, destacando situações mais específicas de algumas cidades (aumentos consideráveis, maiores quedas, aquelas que saíram da estaca zero, por exemplo). Além disso, na tentativa de compreender os fenômenos, o texto também traz análises de especialistas sobre possíveis causas e soluções, assim como depoimentos de mulheres eleitas sobre o contexto particular de seus processos eleitorais e desafios futuros. Em suma, há uma análise direta sobre os dados, evidenciando o aspecto interpretativo da reportagem.

No que se refere à dimensão comunicativa, a visualização dos dados foi utilizada como um componente da narrativa, ajudando a esclarecer pontos referidos na própria história. Ao passar o mouse sobre cada barra, aparece uma caixa com explicações a respeito daquela cidade.

#### Anexo VI – Exemplo de História com Jornalismo de Dados nível 5

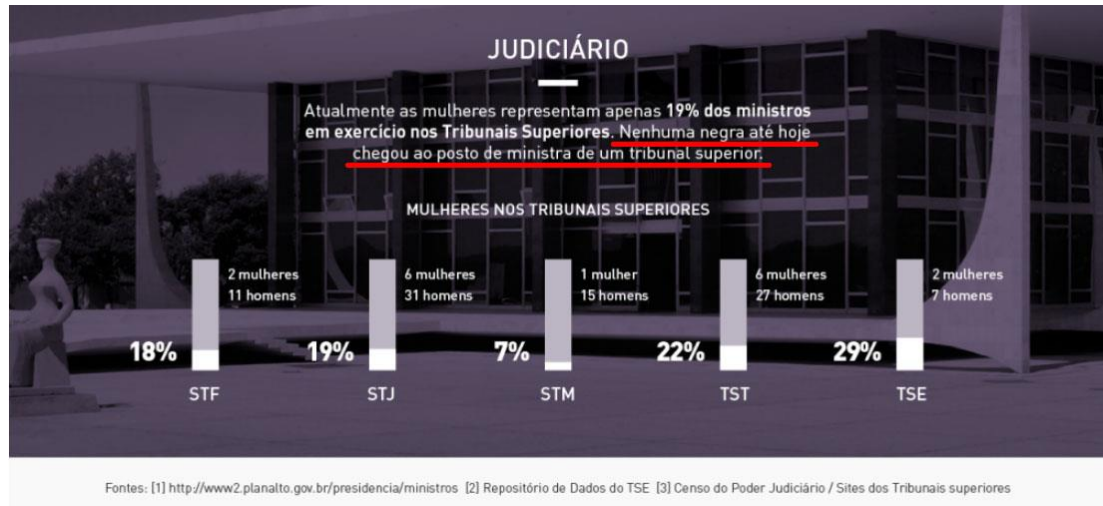
Classificada no nível 5, a reportagem “Quando não mata, violência doméstica deixa marcas e dura batalha judicial para as mulheres”, publicada no dia 25 de novembro de 2016, apresenta duas imagens com dados (expostas abaixo) no meio da matéria. Os dados também estão citados no texto, mas não são diretamente contextualizados e analisados. Eles integram os balanços do primeiro semestre de 2016 da Central de Atendimento à Mulher, conhecido como disque-denúncia.



**Imagem 2: Apresentação de dados em reportagem com JD nível 5**

Além de não haver um esforço maior de busca e de análise com outras bases de dados, a visualização dos dados tem função meramente ilustrativa. Como o potencial interpretativo dos dados é pouco explorado, acaba por transferir para o leitor a tarefa de cruzar as informações quantitativas com o contexto da reportagem.

## Anexo VII – Fragmentos de histórias com marcador “cor da pele”



**Imagem 3: Exemplo de marcador “cor da pele” citado em infografia**

O texto sublinhado acima faz parte da infografia apresentada na reportagem “Legislativo é o mais desigual dos três poderes em representação feminina” e aponta a ausência estatística de mulheres negras em órgãos do poder judiciário brasileiro.

O segundo exemplo, ilustrado a seguir, foi extraído do final da reportagem “Com vitórias marcantes na vereança, mulheres seguem sub-representadas após primeiro turno”. Ali, a revista apresenta texto com algumas observações a respeito de diferenças percentuais entre homens brancos e negros/pardos nos cargos públicos municipais:

### Homens brancos são quase $\frac{2}{3}$

A grande maioria dos eleitos no primeiro turno é homem e branco. Nas capitais, eles são 62,9% prefeitos eleitos no primeiro turno, e ainda 49,8% dos vereadores nas câmaras. Os homens negros e pardos são 36% dos eleitos para a vereança nas capitais.

**Imagem 4: Exemplo de marcador “cor da pele” citado em texto**